



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**28ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de  
Qualidade  
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.  
22 de Fevereiro de 2018.

*(Transcrição ip[s]is verbis)*  
*Empresa ProixL Estenotípia*

1 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

2 Então, vamos lá. Eu já pedi para subir um pouco a temperatura da sala. Pois é, aí  
3 deixa eu te contar o que acontece, já me aconteceu isso muito lá na 505, você vai  
4 atrás para reservar, a pessoa reservou a sala, às vezes é o próprio Gabinete, ou  
5 da Secretaria-Executiva, ou do Gabinete do Ministro que reserva as salas num  
6 determinado dia, quarta-feira é um dia complicado, porque é o dia que o Ministro  
7 vai no Congresso ou recebe em audiência. Estou te dizendo que eu não sei qual é  
8 o caso, mas muitas vezes acontece isso, né João? Eles deixam de *stand by*, aí  
9 quando é ou a SECEX, ou o Gabinete do Ministro, você não tem negociação.  
10 Quando é uma outra Secretaria você ainda liga para o setor e fica, “olha, vai  
11 precisar mesmo”? Eu já fiz isso muito na 505, “vai precisar mesmo”? “Só até o  
12 meio dia”. “Então eu posso usar de tarde”? Sabe? Aí a gente negocia, mas aqui na  
13 sede... Não, e está desocupada desde ontem. É assim, é desse jeito. Nós até...  
14 Sabe o que nós fizemos lá na 505? Quando... A minha gerência já teve... O meu  
15 Departamento já teve quatro gerências, depois virou três, quando eu assumi tinha  
16 duas, hoje eu só tenho... Não. Hoje eu tenho duas, mas a Letícia está em um  
17 outro lugar. Nós pegamos uma sala que era uma sala que tinha, uma sala de  
18 técnico e uma sala de um gerente, transformamos em uma sala de reunião e essa  
19 sala nós não colocamos no rol dos alugueis. Wanderley já foi lá, não é  
20 Wanderley? Na nossa sala de reunião que é do lado da minha, mas aquela sala a  
21 gente não põe no rol das reservas. Aí volta e meia aparece, a não ser que o  
22 Gabinete do Secretário nos peça, apareça alguém aqui: “ah, eu queria uma mesa  
23 dessa, eu queria poder fazer uma reunião nessa sala”. Eu digo: não vai dar, está  
24 ocupada. Porque a gente usa a sala, os técnicos para trabalhar e a gente recebe  
25 muita gente, prefeitura, empresa. Ela quase que está escondida, porque ela está  
26 dentro de outra sala, ela não tem... Mas ela é pequena para nós todos aqui, ela é  
27 uma sala para no máximo 20 pessoas, é pequena. Vamos lá? Bocuhy, tu quer  
28 começar apresentando a proposta, ou...? Ou então vamos fazer o seguinte, vamos  
29 terminar o texto da onde a gente parou, na hora que a gente voltar pra fazer a  
30 revisão do 1 e do 2, do art. 1º e do 2º, a gente vai na proposta que o Bocuhy fez  
31 agora sobre compensação de emissões e o licenciamento. Correto? Pode ser  
32 assim, Bocuhy? Pode? Tá. Coloca isso depois, então. Uma nota antes, hoje, cadê  
33 os meus colegas do Ibama? O João que está aí, o Ibama hoje completa 29 anos.

34  
35  
36 *(Palmas!)*  
37  
38

39 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tem  
40 um evento lá agora às 10h00 horas, eu fui deixar meu marido lá e vi. Não sei, eu  
41 não acompanhei isso, eu sei que alguns colegas vão ser homenageados. Com  
42 certeza, Dr. Paulo é um ícone, ele já não era Secretário Especial do Meio  
43 Ambiente na época, mas atuou dando suporte para o Programa Nossa Natureza  
44 que acabou gerando a junção dos órgãos. Eu tenho, eu, o João temos orgulho de

45 ter vivido o dia a dia dessa época, sabe? Temos orgulho de ter participado desse  
46 começo, eu estou na antiga SEMA desde abril de 87, esse ano completa 31 anos  
47 de SEMA. Entrei com 12, o João entrou acho que no ano depois, um pouco  
48 depois. Pois é, então assim, a gente viveu essa época, nessa época eu era  
49 coordenadora da Área de Educação Ambiental, fui coordenadora quase dois anos  
50 e meio de Educação Ambiental, mas foi uma época muito efervescente, é muito  
51 legal a gente trabalhar na estruturação das coisas. Eu brinco assim, hoje eu vejo o  
52 pessoal reclamar daquele bloco C, quando nós mudamos para cá não tinha luz  
53 ainda, não tinha nenhuma divisória, eles colocaram o piso com a gente  
54 trabalhando lá dentro, quem era meu diretor era o Luiz Fernando de Assis, nosso  
55 querido Luiz Fernando, quando o Ibama foi criado ele era o nosso diretor, meu  
56 querido Luiz Fernando que já nos deixou. Muito... Foi uma experiência muito boa  
57 ter trabalhado com ele, eu acho que foi naquela época que eu te conheci, numa  
58 reunião do pessoal do Cetec, já tem alguns anos, mas uma época boa, assim,  
59 Ibama ano que vem faz 30 anos. Vamos ver. (...). Vamos lá. Então, vamos  
60 começar da onde paramos. Bom dia a todos, novamente. E aí a gente começa e  
61 depois nós voltamos nas prováveis inserções. Dr. Bocuhy tem uma sugestão ali  
62 que a gente acabou dando alguns palpites para a questão da capacidade de  
63 suporte do licenciamento, mas vamos começar na proposta de ontem, vamos  
64 começar direto na proposta de ontem. Não. Primeiro, na proposta. Isso. Beleza.  
65 Vamos lá. Deixa ver aqui meu roteiro. Nós paramos ontem no 9º correto? Volta um  
66 pouquinho. Volta um pouquinho. Isso. Esse aí foi aprovado, correto? Ele inclui um  
67 novo parágrafo também, que também foi aprovado, então, o que foi aprovado não  
68 foi só o *caput*, está certo, está escrito ali aprovado, aí tem o Parágrafo Único.  
69 Então deu, pode subir, isso já foi vencido. Art. 10, proposta Ministério Público,  
70 PROAM, Apromac. Compete aos órgãos estaduais e distrital a publicação em  
71 sítios eletrônicos dos seguintes dados de monitoramento da qualidade do ar:  
72 divulgação de área dos dados quantitativos de poluentes das áreas onde ocorra a  
73 superação dos padrões finais de qualidade do ar; relatório de qualidade do ar  
74 anual até o mês de abril do ano seguinte, a publicação dos disciplinados neste  
75 artigo deverá ser implementada no prazo de 3 anos a contar da publicação desta  
76 Resolução. O Ministério do Meio Ambiente elaborará termo de referência para a  
77 elaboração dos relatórios anuais de monitoramento da qualidade do ar dos  
78 Estados e do Distrito Federal, bem como sua base mínima de conteúdo mínimo  
79 até 6 meses após a entrada em vigor. Sobe um pouquinho. Compete, uai! O  
80 Ministério do Meio Ambiente, a divulgação em sua página na Internet, de links, tá.  
81 De dados e informações referentes... O 11 já é outro assunto. Proposta, sugestões  
82 a respeito desse artigo? Quero ouvir os Estados, o Ibama, o Ministério eu me  
83 pronuncio depois. Vamos lá. André.

84

85

86 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.  
87 Bem, ontem quando nós propusemos auxiliar o setor da Sociedade Civil com  
88 aquele parágrafo sobre a comunicação, o nosso entendimento é que já supria  
89 esses aspectos, nós entendemos que amarrar numa Resolução nacional

90 determinados comandos nesse nível de detalhe não é apropriado, porque a  
91 comunicação vai depender da necessidade e das características circunstanciais.  
92 Então, nesse sentido me parece razoável que a proposta que nós já fizemos  
93 naquele artigo que fala, que remete ao Órgão Ambiental Estadual e Distrito  
94 Federal a gestão da qualidade do ar e o parágrafo estabelece a responsabilidade  
95 pela comunicação utilizando veículos de comunicação de massa e tudo mais,  
96 parece que aquilo ali, a nosso ver, já supre essa lacuna, e nós preferimos deixar  
97 esta gestão como o artigo diz com os Órgãos Ambientais Estaduais e Distrital,  
98 sem entrar em tantos detalhes que depois possam levar a situações que a  
99 Resolução acaba por mais dificultar do que auxiliar no trabalho dos órgãos  
100 ambientais.

101

102

103 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
104 **Manifestações?** Dra. Fátima. Senhora, por favor, ligue o microfone, por gentileza,  
105 nós estamos gravando a reunião e depois o áudio fica comprometido.

106

107

108 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Fátima  
109 Borghi, Ministério Público. Só para que eu possa fazer uma comparação, eu estou  
110 aqui com o material, teria que localizar com a proposta da...

111

112

113 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
114 **Desculpe.** Eu não entendi.

115

116

117 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** A  
118 comparação com a proposta da Abema para que eu possa fazer, tem como você  
119 só descer.

120

121

122 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Está  
123 localizando aqui. Eu tenho uma outra dúvida em relação a esse assunto, se nós  
124 estamos dizendo nesse artigo que o relatório vai ser anual, já existe um comando  
125 no novo art. 4º de que ele será apresentado a cada ano relativamente ao ano  
126 anterior. Então, já tem no novo art. 4º que foi aprovado ontem esse comando,  
127 também já existe um outro artigo que fala da publicação de dados. Espera um  
128 pouquinho, deixa eu colocar a comparação ali então. Qual é que é, André? É esse  
129 aí? Está bom. É esse? É o 6º, então, não é o novo art. 4º. A gestão do  
130 monitoramento da qualidade do ar é atribuição dos Órgãos Ambientais Estaduais  
131 e Distrital, cabe aos Órgãos Ambientais Estaduais e Distrital a divulgação dos  
132 resultados de qualidade do ar utilizando os meios de comunicação de massa. E  
133 tem o do relatório que é o que eu acabei de ver aqui. Coloca só o relatório e a  
134 gente vê... É o ontem novo, é o primeiro novo artigo aprovado depois do 3º. Ele

135 estava em azul, eu acho. Isso. Os Órgãos de Meio Ambiente... Não, esse é o 3º.  
136 Tá? Aprovado. Aí sobe o texto. Não, não, ao contrário, desce, isso. Caberá ao  
137 órgão o estabelecimento... Não. Esse é o de licenciamento. Eu tenho aqui... Isso.  
138 O relatório, eu tenho até uma correção a fazer, no § 1º não são os relatórios, o  
139 relatório, estou falando no *caput* de o relatório, então no § 1º eu tenho que colocar  
140 o relatório, tira só o S daí. É esse aqui.

141

142

143 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Que bom  
144 que aconteça isso.

145

146

147 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Esse  
148 aí foi aprovado. Vocês estavam propondo a supressão, ele acabou sendo  
149 aprovado, o relatório de avaliação da qualidade do ar deve conter os dados de  
150 monitoramento e a evolução da qualidade do ar. Os relatórios deve... O relatório, é  
151 aí que eu estou sugerindo que tirar só o S, porque eu estou falando do *caput* em  
152 um relatório, o relatório deverá ser apresentado, ou então, será apresentado...  
153 Bom, deverá, deixa o deverá, não vou mudar. Ser apresentado, aí tira o S, no ano  
154 anterior à avaliação a ser encaminhada ao CONAMA. §2º. Os Órgãos Estaduais,  
155 vamos fazer essa correção já? Estaduais e Distrital de Meio Ambiente que não  
156 dispuserem de dados de qualidade do ar, enviarão justificativa fundamentada ao  
157 Ministério do Meio Ambiente. Então assim, há um entendimento de que parte do  
158 conteúdo e desse art. 10º já se encontra no texto legal. Já tem os dados de talvez  
159 acrescentar que a publicação dos dados deverá ser implementada em até 3 anos  
160 contados a partir dessa Resolução. Não sei. Não, eu estou lendo o que está  
161 diferente no 10 em relação ao que já tem no texto. Então, seria o prazo de 3 anos  
162 e o termo de referência para elaboração dos relatórios anuais de monitoramento,  
163 com base no seu conteúdo mínimo que está sendo atribuído ao Ministério do Meio  
164 Ambiente. Já tem o conteúdo mínimo do relatório no anexo a ser renumerado que  
165 já está aqui. Pois não, Dra. Fátima.

166

167

168 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Por  
169 favor, Fátima Borghi, Ministério Público. Quando descreve o relatório deverá ser  
170 apresentado no ano anterior à avaliação, não se vai pôr prazo, não é? Porque eu  
171 sempre tenho alguma norma aí que põe o prazo.

172

173

174 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,  
175 aí já está dizendo que ele é referente ao ano anterior.

176

177

178 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Mas na  
179 nossa nós pusemos um prazo, o relatório até o mês de abril do ano subsequente.  
180 Então, nos preocupamos em não deixar tão em aberto o do Rio de Janeiro.

181

182

183 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
184 um minutinho, deixa a Dra. Fátima falar, já vi que você pediu a palavra, levanta a  
185 plaqueta que daí eu faço a lista. Sabe? Assim, eu estou ouvindo, estou vendo que  
186 você pediu a palavra, mas as outras pessoas que pediram a palavra antes da  
187 senhora estão falando. Tenha paciência. Então, seriam de diferente em relação ao  
188 resto. O relatório publicado em abril do ano subsequente à publicação dos dados,  
189 nós estamos pedindo aqui em um artigo anterior que ele, o primeiro seja feito 3  
190 anos após, eu acho que isso está no art. 3º. 4 anos? Não, não, eu estou dizendo o  
191 relatório de monitoramento da qualidade do ar, ele está escrito. Então, não, não,  
192 isso não, é a partir da publicação. Não, mas abril do ano que ela entrar em vigor,  
193 abril seguinte. O que a Dra. Fátima, só um esclarecimento adicional é em relação  
194 aos dados que estão em artigos anteriores que já foram aprovados na data de  
195 ontem. Então, como a gente está falando aqui que o plano, me lembra aqui,  
196 André, onde é que está o artigo que fala...

197

198

199 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** O plano é o novo artigo  
200 na sequência do 3º.

201

202

203 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
204 sei, mas ele tava com os prazos já? Mas não foi esse que eu li.

205

206

207 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** O plano 3 anos, aí, está  
208 na tela. 3 anos a partir da entrada em vigor da Resolução.

209

210

211 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
212 Dessa Resolução. Isso é para o plano, o relatório não tem prazo.

213

214

215 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Tem.

216

217

218 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Onde  
219 que está o prazo do relatório?

220

221

222 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Porque ele está  
223 vinculado à revisão de 5 anos estaca no art. 3º. Então, o art. 3º fala a cada 5 anos,  
224 a partir da entrada em vigor desta Resolução. Como o relatório tem que ir um ano  
225 antes, a data dele está vinculada, de certa forma, à data de aprovação da  
226 Resolução, porque aprovou na Resolução, no 5º ano tem a revisão, um ano antes  
227 tem que vir o relatório.

228

229

230 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
231 isso eu sei, eu estou dizendo é que a Resolução cria um mecanismo em relação à  
232 apresentação do plano e dos relatórios. Correto? A meu ver o plano está claro que  
233 é 5 anos e o relatório ele é anual, ele é anual, mas o primeiro deverá ser  
234 apresentado quando?

235

236

237 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – No 4º ano que é o ano  
238 anterior à revisão que é de 5 anos.

239

240

241 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
242 vou apresentar o relatório antes de ter o primeiro plano?

243

244

245 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Depois.

246

247

248 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O  
249 primeiro esboço.

250

251

252 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Depois.

253

254

255 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
256 Então, é isso que não está certo, então é isso que não está certo. É isso que eu  
257 quero pegar para a gente poder ver o fio da meada.

258

259

260 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não. Está correto, olha,  
261 o órgão deve elaborar em 3 anos, a partir da entrada em vigor da Resolução, o  
262 plano. A Resolução aprovada, 3 anos depois o plano. O comando debaixo diz o  
263 seguinte: no ano anterior, vou passar, coloca na tela, por favor, o artigo seguinte,  
264 ele diz: deve conter os dados de monitoramento, deverá ser apresentado no ano  
265 anterior à avaliação a ser encaminhada ao CONAMA. Agora coloca na tela o art.  
266 3º que está em cima. O art. 3º diz que com base em proposta conjunta, o § 2º, do

267 Ministério, os Órgãos Estaduais levando em consideração os planos de controle e  
268 os relatórios de avaliação de qualidade do ar, apresentado pelos órgãos e é a  
269 cada 5 anos como está ali na segunda linha. Então, os prazos estão colocados aí.

270

271

272 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
273 Então, o que o art. 3º aprovado ontem fala é que o relatório de avaliação da  
274 qualidade do ar ele vai ser apresentado a cada 4 anos, não anualmente, e há um  
275 proposta agora de que ele seja anualmente. É isso? Porque ele está aqui no  
276 comando do art. 10º está se colocando para anual. É isso? Então, aqui o que foi  
277 aprovado ontem o § 2º está dizendo que ele vai ser apresentado, ou seja, a cada  
278 5 anos é encaminhada uma avaliação para o CONAMA, um ano antes esse  
279 relatório é apresentado. E o art. 10º que falava em comunicação ele está  
280 colocando um comando anual ao relatório. São coisas distintas.

281

282

283 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Fátima**  
284 Borghi, Ministério Público Federal.

285

286

287 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
288 estou tentando esclarecer o ponto que ela levantou. Eu posso fazer isso, ou a  
289 senhora quer vir aqui sentar coordenar a reunião no meu lugar? Dra. Fátima, a  
290 senhora tem a palavra, por gentileza.

291

292

293 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** *Eu cedo*  
294 *a minha vez que talvez eu possa me ocupar.*

295

296

297 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
298 Evangelina, por favor.

299

300

301 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
302 **(Apromac) –** A proposta do relatório é da Apromac junto com eles, então, eu vou  
303 defender e explicar o que foi essa proposta. Esse relatório de qualidade do ar ele  
304 está atrelado aos relatórios de avaliação no prazo de 10 anos, até 2028, a cada 4  
305 anos se realizar um relatórios, os Estados pro Ministério do Meio Ambiente. O  
306 relatório a que nós referimos no artigo, no outro artigo, refere-se à comunicação  
307 dos dados de monitoramento do ar em relatórios anuais, não tem nada a ver com  
308 esse relatório, esse daqui inclusive é para os Estados mostrarem como que eles  
309 puderam, como eles a partir do momento que se iniciou a publicação dessa  
310 norma, como eles evoluíram para poder atingir ou não o padrão de qualidade do  
311 ar. Eu me refiro ao relatório anual que já é feito por vários Estados e por alguns é



312 feito, que eles são realizados, mas não anualmente, às vezes faz um ano, não se  
313 faz o outro e essa é a ideia, de ter um relatório anual para que se possa  
314 acompanhar e ter essa comunicação.

315

316

317 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

318 Antes de passar para o André, eu queria dizer o seguinte, eu não posso ter na  
319 Resolução dois relatórios com o mesmo nome, cada um com objetivos diferentes.  
320 Então, eu acho que a proposta de texto do art. 10º que já havia sido retirada no  
321 GT e foi retornada mediante uma solicitação do Ministério Público na primeira  
322 reunião, com ressalva que ela tivesse a redação melhorada, e não teve a redação  
323 melhorada, ela está causando uma confusão. Eu estou chamando dois relatórios  
324 que de acordo com o discurso dos proponentes eles são diferentes, eu estou  
325 chamando eles do mesmo nome, estou dizendo que um vai ser apresentado a  
326 cada 5 anos e outro vai ser apresentado anualmente e os dois têm o mesmo  
327 nome, vai dar um comando muito complicado. Dra. Fátima, André pediu a palavra  
328 antes, vou passar para ele. André, por favor.

329

330

331 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Passar a palavra para o  
332 Cláudio Alonso complementar.

333

334

335 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Olha, eu vou falar meio como voz  
336 da experiência. O relatório, primeiro, vou começar pelo mês de abril, hoje a gente  
337 faz um relatório no mês de abril, mas a gente mobiliza praticamente toda a área de  
338 qualidade ambiental para fazer esse relatório, ele é muito complicado, ele tem  
339 muito dado, ele tem dado meteorológico, ele tem dado de qualidade, ele tem dado  
340 de... É bastante complexo, portanto, o prazo abril é muito restrito. A gente  
341 conseguiu abril agora, junho, julho mais ou menos dá para encarar.

342

343

344 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
345 Cláudio, o que ela está falando é um relatório anual a ser apresentado em abril,  
346 não é um relatório mensal.

347

348

349 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Não, o relatório anual, o anual, o  
350 anual antes... Então, eu acho que isso aí a gente acorda. Agora, eu quero dizer o  
351 seguinte, esse relatório não é fácil, esse não é apenas um dispor dados, dispor  
352 dados você pega uma tabela pública, não é essa a intenção, se for essa a  
353 intenção, tudo bem, pega as tabelas e implica. Um relatório interpretativo ele é  
354 mais complicado, um relatório já acordado, que é esse relatório a ser apresentado  
355 a cada 3 anos, a partir de 3 anos, esse aí já está 3º ou 4º ano, sei lá, já está  
356 aprovado, tudo bem, impor de imediato aos Estados que façam este relatório, ele

357 é muito complicado, ele é muito complicado porque é difícil, precisa muita  
358 estrutura, inclusive de computação e tal, não é fácil. Eu daria uma sugestão inicial,  
359 se a Abema talvez me bata na cabeça, não sei, que a partir do 3º, 4º ano passe a  
360 ser anual. Não. A partir do 3º. Não, que seja anual, tudo bem, mas a partir daquele  
361 primeiro grandão, porque assim os Estados se preparam um pouco. Tá? É difícil,  
362 eu posso dizer para vocês, é difícil, não é fácil. Então, se a partir do 3º, 4º ano, sei  
363 lá, que se pede o relatório ao Ministério, tudo bem. Um. Dois. Eu acho que nós  
364 não devemos vincular este relatório ao Ministério do Meio Ambiente, ele tem que  
365 publicar, ponto. Porque coitado do Ministério do Meio Ambiente, vai ficar louco. Tá.  
366 Então, tá bom, mas é isso, pelo amor de Deus, é muito difícil, temos que tomar  
367 muito cuidado ao colocar esse comando.

368

369

370 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Se me  
371 permite, concordo plenamente, a data de abril a intenção foi que coloque-se um  
372 prazo, o Ministério do Meio Ambiente não pode começar a receber relatórios no  
373 mês de janeiro, 15 dias depois outro, sabe, é uma desorganização, é necessário  
374 se organizar isso.

375

376

377 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O  
378 Ministério do Meio Ambiente, Dra. Fátima, não vai receber esses relatórios, já  
379 existe um outro comando na Resolução que o Ministério vai disponibilizar links  
380 para os Estados, ele não vai ter um dado, neste momento um dado de  
381 monitoramento nacional.

382

383

384 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Só que  
385 até para que ele possa coordenar essas ações, há necessidade de prazos, sabe,  
386 para não ficar tão desorganizado, o prazo é maleável, querem o fim dezembro,  
387 que seja dezembro do ano posterior, mas eu acho que há necessidade de um  
388 prazo. Quanto ao que ele, o senhor Cláudio falou de que há prazo, nós quando  
389 discutimos a proposta achamos também que os Estados não têm condições de  
390 implementar de imediato, foi pensado no prazo de 3 anos que pensando o Bocuhy  
391 até se levantou 5 anos. Então, essa previsão não foi de imediato, há uma previsão  
392 anterior nas nossas propostas de que havendo prazo para implementação. Então,  
393 e as coisas são diferentes realmente, porque no art. 10 nós nos referimos à  
394 qualidade do monitoramento do ar, a divulgação de área onde ocorra superação,  
395 que é só o caso de São Paulo normalmente que já tem. Entende? Então, não  
396 traria novidades, o relatório da qualidade de ar até o mês de abril do ano  
397 subsequente, mas existe uma outra norma que estipula o prazo de 3 anos e que o  
398 Bocuhy teria levantado a hipótese, falou: olha, isso está muito difícil em 3 anos, 5  
399 anos. Quer dizer, isso é um prazo trabalhável. Então, a publicação dos dados  
400 disciplinares deverá ser implementado, aí que está a diferença, Dra. Zilda, que a  
401 senhora falou que são coisas diferentes, mas elas são iguais, na verdade elas são

402 aparentemente, mas haveria a necessidade talvez de diferenciar melhor o  
403 Ministério, a publicação dos dados disciplinados nesse artigo deverá ser  
404 implementado no prazo máximo de 3 anos. É a implementação dos dados 3, 5  
405 anos, é negociável, mas há necessidade de se pôr um prazo para implementar,  
406 quando é que vão começar a coisa? 3 anos.

407

408

409 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**  
410 **minha preocupação é que eu tenho que...**

411

412

413 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Outros**  
414 **artigos...**

415

416

417 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Aqui  
418 **falam coisas distintas, eu não estou dando a entender. Lá no art. 3º esse relatório**  
419 **não seria anual, e aqui eu estou dizendo que ele é anual. Se eu for colocar alguma**  
420 **coisa de anual eu vou colocar lá, o que eu disse é que com a explicação que a**  
421 **Dra. Evangelina fez, eu vi que é outro relatório que tem o mesmo nome do**  
422 **anterior.**

423

424

425 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Não. O**  
426 **Dr... Daniel, me perdoe... Você? Rafael, André. Então, como é que chama na**  
427 **Bíblia... Os apóstolos.**

428

429

430 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
431 **Agora, se são relatórios diferentes com propósitos diferentes terão que**  
432 **necessariamente estar claro no texto, eu estou dizendo isso, Dra. Fátima, desde**  
433 **as reuniões do GT, e por isso que nós pedimos a retirada do texto já que nós**  
434 **pedimos uma melhoria do texto que estava sendo proposto, a Sociedade Civil e**  
435 **Ministério Público não apresentaram essa melhoria, ela foi tirada, o Ministério**  
436 **Público pediu que retornasse ao texto já que o GT não era deliberativo, foi**  
437 **retornado na 1º Reunião da Câmara Técnica com a orientação de que a redação**  
438 **fosse melhorada e ela não foi melhorada, ela continua confusa.**

439

440

441 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – É uma**  
442 **questão de interpretação, por exemplo, o André acabou de falar que será anual**  
443 **porque ele vai ser sempre subsequente, é uma ilação que você faz do que você**  
444 **disse. Tem 5 anos...**

445

446

447 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Dra.**  
448 Fátima, isso não está no texto atual.

449

450

451 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Mas tem**  
452 5 anos para apresentar, não é no ano anterior?

453

454

455 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**  
456 que o André falou não está no texto, Dra. Fátima, eu estou dizendo que o texto  
457 aprovado ontem do art. 3º não fala em anual.

458

459

460 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Não, não**  
461 fala a palavra anual, mas ele fala que tem que ser no ano anterior aos 5 anos da  
462 avaliação.

463

464

465 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
466 Então, não é anual, é no ano anterior aos 5 anos, em 4 anos eu vou ter que  
467 apresentar, mas em momento algum se fala que é anual. Agora, pela explicação  
468 que a Dra. Evangelina deu eu vi que é outro relatório, está com o mesmo nome, é  
469 outro relatório, com outro objetivo, que está com o mesmo nome. Então, isso que  
470 eu estou desde o GT pedindo esclarecimentos ao Ministério Público e o que eu  
471 recebo é ofício dizendo para eu retornar ao texto. Eu disse, o texto que está aqui  
472 não está bom, vamos melhorar e eu não recebo nada dos que apresentaram.

473

474

475 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Nós**  
476 apresentamos uma proposta em que está anual, ela não é aceita. Então, é só  
477 dizer não aceita.

478

479

480 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Dra.**  
481 Fátima, eu não estou aceitando ou recusando, eu estou dizendo, e eu pediria  
482 silêncio, por favor, para acompanhar, para a gente não precisar repetir, nós  
483 estamos numa sala pequena. Eu estou dizendo é que não está claro dentro do  
484 texto, eu tenho um comando no art. 3º e nos dois subsequentes, para um relatório  
485 específico, pela informação que eu venho tendo da Sociedade Civil isso é outro  
486 relatório, eu estou desde o GT pedindo uma melhoria do texto, isso já foi retirado,  
487 eu sei, mas a resposta que eu tenho é um ofício dizendo que o GT não pode  
488 deliberar.

489

490

491 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Já é a 3<sup>o</sup>  
492 vez, Dra. Zilda, vamos ser objetivos.

493

494

495 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pois  
496 é, então, por favor, eu estou pedindo desde o GT que a Sociedade Civil melhore  
497 esse texto e deixe mais claro. Não sou eu que tenho que fazer isso, é quem está  
498 propondo, é isso que estou falando.

499

500

501 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Dra.  
502 Zilda, nós fizemos textos bons, é que eles não são aceitos, eles são bons, mas  
503 eles não são viáveis economicamente, eles não são ruins, eles são textos bons  
504 que defendem o meio ambiente amplamente, só que nós estamos no Fórum para  
505 debate, exatamente para isso e cada um vai defender os seus interesses diante  
506 das condições de efetivar aquelas medidas que nós temos obrigações de propor  
507 como intransigíveis, as melhores. Mas então eu pergunto para o André e para o  
508 Cláudio, haverá a possibilidade de ter relatório anual após uma implementação de  
509 3 ou 5 anos?

510

511

512 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Dra.  
513 Fátima todos nós aqui, eu tenho por obrigações de profissão a defesa do meio  
514 ambiente, sendo analista ambiental que sou. Então, não é só a Sociedade Civil e  
515 Ministério Público que estão defendendo o meio ambiente aqui. Aqui, pelo menos  
516 eu que sou analista ambiental, servidora do Ibama, eu tenho essa obrigação legal.  
517 Então, eu queria dizer o seguinte, ninguém aqui, o que eu estou, eu não estou  
518 discutindo se é viável ou não, eu estou discutindo que já tem comandos dentro  
519 desta Resolução aprovados por nós ontem com indicativos diferentes do que está  
520 sendo proposto. Eu estou dizendo que o texto está incoerente. Quando ele for  
521 para a CTAJ e quando ele for para a Plenária, vai dar confusão, porque hora eu  
522 estou dizendo que o relatório vai ser apresentado um ano antes do 5, ou seja, em  
523 4 anos e hora estou dizendo que o relatório é anual. Quer dizer, hora estou  
524 dizendo que é só um relatório de comunicação, mas isso está no discurso, não  
525 está no texto, e hora eu estou dizendo que isso é um relatório vinculado ao Plano  
526 de Monitoramento da Qualidade do Ar. Então assim, eu preciso de um texto, ou  
527 então, nós vamos votar se cabe ou não esse texto. Eu estou ainda sendo  
528 bastante, estou tentando negociar com os senhores uma melhoria no texto, tendo  
529 em vista o que foi aprovado ontem para se ter coerência, senão vai ficar um  
530 Frankstein no texto, vai ficar um Frankstein o texto se nós aprovarmos a proposta  
531 do jeito que os senhores estão propondo. Não. O que está é da forma como os  
532 senhores estão propondo, vai criar uma confusão danada que eu não sei se vou  
533 ter que fazer 1, 2 ou 3, cobrar 1, 2 ou 3 relatórios, os Estados vão ter que fazer 1,  
534 2 ou 3, um é anual, um é a cada 3 anos, isso tem que estar claro dentro do texto.

535 O Bocuhy pediu a palavra. A Evangelina pediu a palavra de novo, ou não? Ok.  
536 Bocuhy.

537

538

539 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Dra. Zilda, eu queria  
540 pedir o apoio da senhora que tem bastante experiência normativa para nós  
541 equacionarmos esse problema. Nós temos aqui duas preocupações, uma que é a  
542 questão da comunicação de um relatório anual, isso tem que estar no texto e aí a  
543 gente concorda que pode ser feito em 3 anos, acho que é um prazo razoável para  
544 que os Estados, implementado, para que os Estados que não tenham essa  
545 possibilidade eles tenham condição de chegar até lá. A segunda questão é a  
546 tramitação do prazo proposto pela Abema que vai precisar de um relatório para  
547 avaliação. Então, nós temos duas, nós estamos falando de dois relatórios  
548 diferentes. É isso que eu estou entendendo?

549

550

551 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
552 sei, eu identifiquei coisas diferentes no relatório.

553

554

555 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Então, são  
556 diferentes, então, eu queria pedir o seu apoio no sentido da gente clarificar o texto  
557 para contemplar essas duas questões devidamente.

558

559

560 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Que  
561 tipo de apoio o senhor espera dessa Presidência?

562

563

564 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Acho que o apoio  
565 legislativo, de redação legislativa.

566

567

568 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.  
569 Bocuhy, eu venho desde o GT tentando fazer isso, agora na hora de votar e  
570 finalizar o texto eu não vou parar para ficar redigindo um texto que eu já estou  
571 sinalizando há meses que não está pronto.

572

573

574 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Não é isso, nós  
575 fazemos isso agora, nós fazemos isso aqui rapidamente, eu queria pedir para a  
576 senhora essa boa vontade, o que nós estamos tratando aqui hoje é de extrema  
577 relevância, doutora, isso aqui vai virar uma norma que vai ser implementada em  
578 todo o País, sei lá por quanto tempo, então, nós temos que tomar esse cuidado  
579 agora mesmo, eu acho que nós temos dois problemas na mesa. O Cláudio foi

580 muito feliz quando ele identificou a necessidade do prazo para implementação e  
581 ele inclusive sabe dessa dificuldade dos outros Estados, isso aí a gente  
582 compreendo e a gente poderia pensar nesse prazo mínimo de apresentação de  
583 relatórios anuais, como uma, isso é transparência, aquela questão que  
584 basicamente a gente deve ter em toda política pública, e outra questão é o  
585 relatório do Ibama que vai servir para vocês para uma avaliação proposto pela  
586 Abema da mudança dos padrões.

587  
588

589 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
590 Relatório do Ibama? Que relatório do Ibama? Não tem relatório do Ibama.

591  
592

593 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) – Não, dos 5 anos. No**  
594 4º ano.

595  
596

597 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**  
598 não tem relatório do Ibama no texto. Não tem nada do Ibama.

599  
600

601 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) – Então, vamos tratar**  
602 só no outro, então, se nós temos só um problema vamos tratar só do relatório  
603 anual. Cláudio, eu queria pedir ao Cláudio que nos ajudasse nesse processo.

604  
605

606 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
607 Espera um pouquinho, eu tenho inscritos aqui, nós vamos seguir uma ordem de  
608 inscrição, se isso for rápido podemos fazer agora, se não for rápido eu suspendo a  
609 votação desse texto, um pequeno grupo se reúne para poder discutir a emenda  
610 enquanto nós deliberamos sobre o resto. Eu acho que, Dr. Bocuhy, eu acho que  
611 eu já tive bastante compreensão desde o GT, eu acho que talvez os senhores não  
612 tivessem o empenho para poder propor um texto tendo em vista que os vários  
613 alertas que essa presidência já fez em função do texto que não estava muito claro.  
614 Então assim, eu não vou suspender os trabalhos e ficarmos aqui vendo qual é a  
615 melhor redação, eu posso é suspender a votação e um grupo se reunir e trazer  
616 para nós uma proposta sobre esse texto. Eu tenho inscritos o André, o Wanderley  
617 e Dra. Fátima. André.

618  
619

620 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, Abema.**  
621 Tentando buscar alguma convergência, eu gostaria de consultar a Sociedade Civil  
622 para saber se o conteúdo mínimo já apresentado nessa proposta atenderia o  
623 conteúdo dos relatórios que vocês estão sugerindo. Esse é o primeiro ponto para  
624 a gente avaliar se existe possibilidade de convergência ou não, porque se o

625 conteúdo for diferente aí são duas propostas completamente diferentes. Agora, eu  
626 peço, por favor, para colocar, é o antigo Anexo I, se houver convergência no  
627 conteúdo a gente está disposto a considerar a possibilidade, o conteúdo mínimo, a  
628 considerar essa possibilidade, a gente está fazendo em paralelo aqui consulta a  
629 alguns Estados, mas seria a partir do 4º ano. Então, a partir do 4º porque precisa,  
630 esses relatórios têm que ser lastreados com informações, inclusive que vão vir dos  
631 planos e das ações que vão ser tomadas, e a partir do 4º ano aí sim se teria um  
632 ciclo anual para publicação, aí eu vejo que não caberia mais ficar mandando  
633 anualmente para o Ministério do Meio Ambiente bastaria que os órgãos  
634 publicassem isso, no domínio público todos têm acesso, o Ministério do Meio  
635 Ambiente e a sociedade como um todo. Então, é uma proposta de tentar convergir  
636 isso se a gente conseguir.

637

638

639 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
640 André, me permite um aparte. No artigo subsequente a esse 10º a gente já tinha  
641 mais ou menos acordado, o PROAM até fez uma... Dizendo que compete ao  
642 Ministério do Meio Ambiente em divulgação na sua página os links de acesso às  
643 redes e dados de informações dos Estados relacionados à gestão da qualidade do  
644 ar. Então, a gente retirou isso do Ibama, coloca na página do Ministério os links,  
645 mas não existe a figura de envio do relatório ou de consolidação do relatório  
646 nacional, nós neste momento só temos condições de ter esses links e essas  
647 informações geradas pelos Estados.

648

649

650 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Por uma conveniência  
651 de consolidar os apontamentos...

652

653

654 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
655 Objetivamente então, você acha que isso está contido no...?

656

657

658 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Objetivamente. A gente,  
659 lógico, quando a gente representa a Abema a gente tem que ouvir os Estados que  
660 estão participando dessa discussão, então, em paralelo eu estou fazendo a  
661 consulta, já que é algo diferente do que a gente tinha apresentado, há uma  
662 sinalização nesse momento favorável, mas para a gente avançar a gente, a  
663 proposta é a seguinte, se a gente convergir no conteúdo mínimo e nesse  
664 parágrafo que eu citei, a Sociedade Civil abriria mão desse e dos outros  
665 dispositivos de comunicação, de publicação, de envio para o Ministério, enfim, a  
666 gente resolveria dentro dessa redação. Isso para a gente conseguir avançar nos  
667 trabalhos. Essa é a proposta.

668



669 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você  
670 falou uma coisa antes de passar a palavra para o Wanderley que está inscrito,  
671 depois Dra. Fátima e depois o Bocuhy, você falou numa coisa que não está no  
672 texto, mas que a gente pode acrescentar, que era: o primeiro relatório deveria ser  
673 disponibilizado em até 3 anos. Você falou 3, não importa, 4, e os próximos a cada  
674 ano.

675

676

677 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Isso, aí o primeiro sim  
678 seria enviado ao Ministério, já que ele é a base da avaliação que vai ser enviada  
679 ao CONAMA e a partir desse primeiro, aí sim o ciclo anual com a publicação e não  
680 mais o envio.

681

682

683 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Fique  
684 no radar que se isso for aprovado a gente tem que colocar isso no texto.

685

686

687 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Sim. A gente já tem uma  
688 proposta de redação.

689

690

691 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
692 Wanderley.

693

694

695 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.  
696 Bom dia a todos. Dra. Zilda, eu tenho uma opinião, uma questão de ordem sobre o  
697 que a Sociedade Civil está propondo aqui. Nós concordamos com o mérito de que  
698 essa questão do relatório anual para a gestão da qualidade do ar é importante,  
699 mas eu gostaria de lembrar aos nossos colegas aqui do Conselho que nós  
700 estamos focando aqui numa Resolução que não é de gestão, é de padrão.  
701 Exatamente. E qual é a questão? A questão é que esse assunto da gestão não  
702 está totalmente maduro, até porque nós tivemos lá atrás uma discussão, a CNI  
703 defendeu a revisão da 05 antes da 03, nós fomos e até hoje a gente acha que isso  
704 seria o cenário adequado até para atender muito as demandas e anseios da  
705 Sociedade Civil. Qual é a questão? Eu acho que essa questão do propósito do  
706 relatório ele tem foco voltado exclusivamente ao objetivo da Resolução que é os  
707 padrões, mudanças de fase, é isso, ele foi criado e pensado dessa maneira, não  
708 foi para outra coisa.

709

710

711 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
712 Perdão, Wanderley, com indicativos.

713

714 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Indicativo da  
715 possibilidade, realidade, viabilidade e mudança de fases.

716

717

718 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
719 Tanto que nós jogamos, se me permite um aparte, dentro do GT nós jogamos  
720 alguns aspectos genericamente de gestão para o plano. Não foi isso?

721

722

723 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Isso. E a questão  
724 importante que eu acho que tem que ser levantada também, é a capacidade dos  
725 demais Estados Rio, São Paulo, Minas ou Espírito Santo, são Estados já  
726 relativamente bem organizados. Tá? Agora, os demais Estados eu não posso  
727 responder isso. Então, talvez não seja adequado deliberar sobre esse tema neste  
728 momento, porque se trata de um instrumento de gestão, muito mais focada na  
729 questão da gestão do Planar, que a gente quer a revisão, sabe Bocuhy, porque  
730 ele é fundamental, até acho que seria mais interessante uma Lei para tratar disso  
731 do que uma Resolução CONAMA, mas no meu aspecto eu não sou favorável a  
732 colocar relatórios anuais, porque acho que isso está amarrado na ideia maior de  
733 um Plano Nacional de Qualidade do Ar. Era essa a minha observação.

734

735

736 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dra.  
737 Fátima a senhora tinha levantado e baixou a plaqueta? Então, vou lhe passar  
738 agora. Eu tenho inscritos Dra. Fátima, Bocuhy e Evangelina.

739

740

741 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Eu queria passar  
742 para a Patrícia. Obrigado.

743

744

745 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Era só  
746 para... Eu ia nessa mesma linha de corroborar com o entendimento da proposta  
747 no entendimento de que realmente nós precisávamos de esclarecer de maneira  
748 bem clara mesmo o objetivo dos relatórios, quer dizer, qual é o objetivo que você  
749 quer relatório? Porque nas discussões nós estamos falando de objetivos  
750 completamente diferentes, por isso que às vezes traz esse nervosismo aí de..., do  
751 que nós estamos falando porque é verdade e todos os objetivos meritórios, e a  
752 pergunta seria para esse relatório que nós estamos colocando aqui, que é um  
753 relatório simplesmente para saber se passa para a fase 2 ou para a fase 3. É  
754 desse mesmo instrumento que nós estamos falando? Eu fico achando e fico com  
755 temor, e aí muito bem colocado aqui pelo Wanderley, da gente tentar esgotar  
756 numa Resolução que não trata de gestão da qualidade do ar as possibilidades e  
757 as necessidades de um relatório para fazer gestão de qualidade do ar. E isso tudo  
758 estaria ou estará na revisão da Resolução nº 5, porque a gente corre até o risco

759 de prejudicar a discussão lá da 5, quando chegar lá ter conflito com o que nós  
760 decidimos aqui, sendo que o que nós estamos decidindo aqui vai de encontro ao  
761 objeto da Resolução. Então, quer dizer, nós estamos falando de um relatório, e aí  
762 é bem que frise isso, nós estamos falando de um relatório que vai dar subsídios  
763 para passar de uma fase 1 para uma fase 2, nós não estamos falando de um  
764 relatório que vai fazer gestão da qualidade do ar. Então, eu fico achando que  
765 talvez essa seja a grande confusão, porque fica com a ansiedade de colocar  
766 objetivos da gestão da qualidade do ar como, por exemplo, informar a população,  
767 como, por exemplo, comunicar que são objetivos da gestão da qualidade do ar  
768 num relatório que tem apenas o objetivo de dizer passar da fase 1 para a fase 2 e  
769 da fase 2 para a fase 3 para chegar nos tais 2030, sei lá, o que for que tiver que  
770 ser, que ter que alcançar. Eu acho que a grande confusão, Dra. Zilda, está nessa  
771 questão de que nós estamos falando e aí com as discussões e as idas e vindas  
772 nós nos perdemos em relação a isso. Então, é só para que vocês pensem que nós  
773 não estamos falando do relatório de qualidade do ar, que nós devemos discutir  
774 sim na Resolução nº 5.

775

776

777 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
778 Obrigado. Dra. Fátima.

779

780

781 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Fátima  
782 Borghi, Ministério Público Federal. Quando se fala que não é para fazer a gestão  
783 eu lembro o art. 6º, que foi uma redação copiada da mesma Resolução, em que  
784 nós tiramos a palavra gestão, porque entendemos que o monitoramento da  
785 qualidade do ar é atribuição do Estado, que deveria entrar a palavra gestão e isso  
786 foi batido e não fomos atrás. Quanto ao fato de eu entender improcedente a  
787 alegação de não constar qualquer qualidade do ar, muito bem, não se pode deixar  
788 uma Resolução do CONAMA tão em aberto e sem qualquer cuidado com as  
789 consequências do que se está regulando. O direito à informação exige esses  
790 relatórios, em pleno século XXI existe uma Lei que diz que todos têm que saber o  
791 que está acontecendo, inclusive a qualidade do ar. Ainda que seja nesta  
792 Resolução que não vai prejudicar em nada a outra. Lembro mais, que nessa  
793 Resolução está usando termos várias vezes fazendo referência ao projeto da  
794 qualidade do ar, então, elas não são compartilhadas e completamente separadas  
795 como se quer fazer crer, tanto que nós usamos e conforme o estabelecido pelo  
796 Pronar, esse negócio todo. Então, é o direito da informação, não se faz gestão ao  
797 relatório anual se pondo um prazo exequível para os Estados e nada vai  
798 prejudicar, não avançará em seara alguma diferente da que se está discutindo  
799 aqui e aqui é meio ambiente. Então, eu acho importante.

800

801

802 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
803 tenho inscrito Dr. Bocuhy, Evangelina, Daniel, André e Wanderley.

804 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Bom, eu queria  
805 responder ao Wanderley dizendo que eu acho que quem deve falar pela Abema,  
806 pela possibilidade ou não da elaboração dos relatórios não é a Confederação  
807 Nacional da Indústria, eu acho que a Abema tem essa possibilidade. O André fez  
808 uma proposta razoável, Wanderley, e você fazendo essa colocação de certa forma  
809 você acaba atravessando o papel institucional da Abema, enquanto nós estamos  
810 num processo de negociação para saber como é que nós vamos encaminhar esse  
811 processo. A segunda questão é que mesmo não tratando, Dra. Zuleika, de uma  
812 questão de gestão a transparência numa Resolução como essa dos resultados  
813 gerados, dos dados gerados, é fundamental, isso deve ser contado, faz parte de  
814 qualquer ato público e hoje da facilidade nossa de divulgação pela Internet que  
815 seja dada transparência. E outra, qualquer outra política que se adote que vai  
816 trabalhar gestão de qualidade do ar, aí sim, gestão, vai estar baseada nesse  
817 processo que nós estamos construindo aqui hoje, primeiro você tem que construir  
818 um arcabouço de informação que seja possível de se utilizar para o processo de  
819 gestão. Então, eu percebo uma certa obstrução aos avanços que a gente deve ter  
820 no sentido de conseguir essa transparência no processo. Eu acho que não há  
821 motivo para isso, nós estamos numa sociedade democrática, o Brasil avançou  
822 muito, a gente avançou numa série de preceitos e esse tipo de argumento só vai  
823 apequenar o CONAMA, como é que você cria uma Resolução que você não traz  
824 um mecanismo de transparência desses dados? E o relatório tem essa  
825 característica de direito à informação, inclusive. Eu acho que o direito à  
826 informação é fundamental para considerarmos aqui. Então, eu queria dizer para o  
827 representante do Rio de Janeiro que nós achamos que 4 anos pode ser um prazo  
828 razoável, eu acho que se isso para vocês for um prazo que possa compreender,  
829 eu acho que a Sociedade Civil, nós gostaríamos de 3 anos, a gente acha de fato  
830 que 3 anos é um prazo para um esforço de vocês no sentido de disponibilização  
831 desses dados, porém, se há dificuldade com outros Estados, eu sei que algum  
832 Estados já fazem isso, São Paulo já faz, está no Relatório de Qualidade Anual  
833 muito bem feito, inclusive, e não só no ar, pois é, tem outros Estados também,  
834 mas se estabelecermos aí um prazo de 4 anos para quem não tem metodologia  
835 ainda, para quem não tem a mínima condição necessária, eu acho que eles vão  
836 poder desenvolver. E queria chamar também, Dra. Zilda, até o início da reunião  
837 hoje nós estávamos discutindo aqui sobre o Plano Plurianual que estabelece a  
838 questão do monitoramento, eu acho que nós poderíamos depois tratar isso não é  
839 no âmbito dessa Comissão, mas digo para a questão do monitoramento no  
840 sentido de avançar na própria capacitação dos Estados e no financiamento de  
841 equipamentos que pudessem de fato tornar o monitoramento real. Eu acho que  
842 essa é uma discussão que nós temos que ter posteriormente. Mas voltando aos  
843 prazos eu acho que 4 anos seria aceitável, se o André acha que isso pode ser  
844 acordado para nós está razoável.

845  
846

847 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.  
848 Bocuhy, se uma pessoa caísse de paraquedas aqui agora e lesse o texto ia achar

849 que o senhor não estava na reunião ontem, porque o que o senhor está nos  
850 cobrando para colocar no texto já está no texto, quer dizer, o que essa presidência  
851 está de novo questionando aos proponentes é que a proposta dos senhores não  
852 está aderente ao resto do texto da Resolução, e eu fiz uma proposta de, e aí as  
853 pessoas pegam fazem um belo discurso e ninguém está falando nada. É possível  
854 agora, que nem Abema solicitou, o André se propôs discutir, sair duas pessoas e  
855 discutirem o texto, o senhor e outra pessoa e a gente continuar votando, eu não  
856 vou é corrigir na tela aquilo que eu já estou pedindo para a Sociedade Civil  
857 melhorar no texto desde o GT. Isso eu não vou fazer. Então, objetivamente, a  
858 Sociedade Civil tem interesse de sair junto com a Abema e promover uma  
859 melhoria do texto?

860

861

862 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Claro.

863

864

865 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
866 Então saiam agora e façam isso, e nos traga que eu suspendo o debate do 10º.  
867 Porque é isso que eu perguntei, e aí todo mundo já está caindo no discurso se é  
868 gestão, se não é gestão. Transparência já está previsto no texto, a CNI nos  
869 lembrou que tem a Resolução, a revisão da 05 já tem um comando nessa  
870 Resolução para que o Ministério apresente. Então, está parecendo um debate  
871 esquizofrênico, eu não quero isso, eu quero que a gente objetivo e continue  
872 discutindo aquilo que está na mesa. Você pode delegar alguém da Abema que  
873 converse com o Dr. Bocuhy.

874

875

876 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Já temos uma proposta.

877

878

879 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Já  
880 tem uma proposta? Ela é grande ou pode ser ditada em cima da tela?

881

882

883 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Ela é de duas linhas.  
884 Duas linhas.

885

886

887 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
888 Então, por favor, coloque lá no *caput*.

889

890

891 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Onde a gente fala do  
892 relatório que é o art. 5º agora, se não me engano. Dr. Bocuhy, acredito que pela

893 simplicidade da redação a gente consegue resolver isso na sala. Passou. Sim,  
894 agora teremos um § 3º, ah não, é entre 1 e o 2, é um novo § 2º.

895

896

897 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** No §  
898 2º. Desculpem os colegas que tinham pedido a palavra, mas eu queria objetivar a  
899 discussão. Certo? A pergunta que eu fiz lá atrás não tinha sido respondida  
900 condizentemente.

901

902

903 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** A partir do primeiro  
904 relatório encaminhado ao CONAMA, os Órgãos Ambientais Estaduais e Distrital  
905 publicarão anualmente o relatório de avaliação da qualidade do ar. Respondendo  
906 à pergunta da Dra. Fátima, como esse... Tudo depende de quando a Resolução  
907 vai ser aprovada para partir daí a gente ter os ciclos, então colocar um mês aqui.

908

909

910 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
911 André, o 7º também não estava falando, o 7º que foi aprovado ontem, também não  
912 falava de comunicação?

913

914

915 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Comunicação de uma  
916 forma geral, no site, a exemplo do que faz a Cetesb que é só o relatório, é  
917 publicidade do relatório.

918

919

920 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
921 Então, a partir do primeiro relatório encaminhado ao CONAMA os Órgãos  
922 Ambientais Estaduais e Distrital publicarão anualmente o relatório de avaliação da  
923 qualidade do ar.

924

925

926 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Tentando atender.

927

928

929 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
930 Darão publicidade, melhor dizer, não publicarão, publicarão pode ser você  
931 imprimir, darão publicidade ao relatório, você pode fazer do jeito que você quiser,  
932 entendeu? Mas darão publicidade eu acho melhor. Darão publicidade anualmente,  
933 entre vírgulas, ao relatório. Aí é objeto indireto. Não.

934

935

936 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Tem que cuidar para a  
937 gente não confundir as frequências.

938 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
939 **Espera aí. A partir do primeiro relatório encaminhado ao CONAMA, os Órgãos**  
940 **Ambientais Estaduais e Distrital, anualmente, tem razão, desculpa, anualmente**  
941 **darão publicidade ao relatório de avaliação da qualidade do ar. Ele fala no início, a**  
942 **partir do primeiro relatório encaminhado ao CONAMA. Pode ser. É porque publicar**  
943 **me remete a algo que tem que ser oficializado ou impresso, ou alguma coisa**  
944 **assim. E eu acho que você dar publicidade na Internet já é uma forma de... Você**  
945 **atende a Lei de Transparência da Informação.**

946

947

948 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – A não ser que separasse**  
949 **em duas coisas.**

950

951

952 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pode**  
953 **ser. Dita aí, André, ou Renato, qualquer um dos dois.**

954

955

956 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Do ano anterior. Acho**  
957 **que é uma redação melhor. Isso. Do ano anterior.**

958

959

960 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
961 **Daniel Cobucci, Ministério da Saúde.**

962

963

964 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Daniel, Ministério da**  
965 **Saúde. Bom dia. Eu acho que tem que dar dois comandos, elaborarão o relatório**  
966 **anualmente e publicarão. Eu acho que são duas coisas que acho que vai ficar**  
967 **bem marcado.**

968

969

970 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
971 **Colocar o elaborarão, anualmente, depois de Distrital.**

972

973

974 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Elaborarão**  
975 **anualmente o relatório de avaliação de qualidade do ar, e darão publicidade.**

976

977

978 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
979 **Darão publicidade. Depois de Distrital, elaborarão. Ah tá. Depois de Distrital**  
980 **elaborarão anualmente, na segunda linha, isso. Elaborarão, aí e darão publicidade**  
981 **anualmente. E darão, o anualmente você põe para depois de publicidade. Isso.**  
982 **Espera aí, vamos ver o texto primeiro na tela que depois a gente... Isso. Tira o**

983 anualmente e coloca depois de darão publicidade. Anualmente, isso, ao relatório.  
984 É isso, essa é a proposta. É isso? Do ano anterior. Isso seria o novo § 2º e o  
985 antigo § 2º seria o novo § 3º.

986

987

988 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Eu acho que tem que  
989 ser elaboração anualmente o relatório de avaliação da qualidade do ar e darão  
990 publicidade. Então, pegando a dica de todo mundo aqui, na minha, elaborarão o  
991 relatório de avaliação de qualidade do ar anualmente e que deverá ser divulgado  
992 publicamente. Elaborarão o relatório de avaliação de qualidade do ar anualmente,  
993 e dar publicidade, e garantir sua publicidade. Sei lá.

994

995

996 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não  
997 pode ser dar publicidade, por que não garantir? Bom, eu pergunto aos senhores  
998 se com essa proposta nós podemos abrir mão da proposta original do art. 10º?  
999 Pergunto aos membros dessa Câmara Técnica se com a proposta, hora em tela,  
1000 de inserção desse novo § 2º no novo artigo aprovado ontem, podemos abrir mão  
1001 do art. 10º em função das justificativas aqui já colocadas na mesa? Eu tenho uma  
1002 lista de inscritos, se for em relação a isso eu passo a palavra. É outra coisa? É em  
1003 relação a isso? Eu tenho antes de você Evangelina, Daniel, André e Wanderley.  
1004 Você já falou. André também já falou. Daniel você também já falou. Coloca o 10 lá  
1005 novamente. Tu vai falar ainda? Não, então, espera aí. Tema a Evangelina, Daniel  
1006 e Wanderley. O Wanderley já me certificou que mantém o pedido de palavra em  
1007 relação a esse ponto, o que eu fiz a pergunta objetiva é se eu posso abrir mão do  
1008 texto do art. 10º em função da proposta de emenda agora colocada em tela para o  
1009 novo art. 4º, sei lá o que vai ser, 5º. Pode? Então tá. Então, podemos... Está claro  
1010 agora no novo artigo aprovado ontem como vai ser esse relatório e a publicidade  
1011 dos prazos. A senhora fala no microfone, por gentileza, senão compromete a  
1012 gravação.

1013

1014

1015 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1016 **(Apromac)** – Pode voltar lá, por favor, nas duas propostas?

1017

1018

1019 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Que  
1020 proposta? No texto que foi aprovado ontem.

1021

1022

1023 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1024 **(Apromac)** – Não. Que nós fizemos agora, a sugestão agora de mudança.

1025

1026



1027 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1028 Sugestão de um novo parágrafo. Depois do 3º. Aqui.

1029

1030

1031 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1032 **(Apramac) –** Qual seria a diferença entre as duas, para mim?

1033

1034

1035 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não  
1036 tem duas, é uma nova proposta. Não, Ministério Público e da... Abema e do  
1037 Ministério da Saúde? A diferença é que uma fala em elaborarão o relatório e  
1038 anualmente, e garantirão a publicidade.

1039

1040

1041 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** A gente adere à do  
1042 Ministério da Saúde.

1043

1044

1045 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** E a  
1046 outra está falando que anualmente darão publicidade. Então, a gente deixou claro  
1047 a elaboração é anual e será garantida a publicidade. Para deixar claro que foi  
1048 levantado pela CNI que a redação dada pela Abema poderia dar a entender que,  
1049 poderia ser publicado o mesmo relatório anualmente, sem precisar ser um novo  
1050 relatório. Então, nós deixamos, o Ministério da Saúde fez uma proposta de  
1051 redação em que deixa claro que a elaboração do relatório de qualidade do ar é  
1052 anual. Eu acho que o texto é autoexplicativo. Sanada a sua dúvida? Microfone, por  
1053 gentileza, Dra. Fátima, senão compromete a gravação da reunião.

1054

1055

1056 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Fátima  
1057 Borghi, Ministério público. Anualmente, garantindo, não fica mais bonito?

1058

1059

1060 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1061 Anualmente, garantindo, tira o E. Aí podemos votar em cima desse texto? Eu peço  
1062 aqueles que concordam com a redação hora proposta para o novo § 2º do novo  
1063 art. 4º aprovado ontem, que se manifestem. Aqueles que são favoráveis, por  
1064 gentileza, que se manifestem. 7 votos, 8 votos favoráveis. Votos contrários?  
1065 Abstenções? 1 abstenção. Eu tenho inscritos aqui ainda, eu tenho que voltar lá no  
1066 art. 10º, eu vou te passar a palavra, você quer antes da votação? Você quer se  
1067 pronunciar antes da votação? Dra. Patrícia Boson, da CNT.

1068

1069

1070 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Patrícia  
1071 Boson, CNT. Primeiramente na fala do Wanderley e na minha, e o registro vai

1072 valer a pena por conta das próximas discussões, e falando aí para o Bocuhy e  
1073 para a Fátima, especialmente, nós em momento nenhum estamos falando em não  
1074 publicidade dos dados, isso até porque é Lei, nem que eu quisesse, tem Lei que  
1075 garante isso, né? O que nós estávamos propondo para ajudar na formulação das  
1076 demandas era sobre o objetivo do relatório. Se nós estávamos falando do mesmo  
1077 relatório, se o modelo mental do relatório, da demanda que vocês estão colocando  
1078 é o mesmo modelo mental do relatório que nós estamos colocando aqui. E me  
1079 pareceu que não é, me pareceu que nós estamos aqui falando de um relatório que  
1080 é para mudar de fases. Ponto. Ele tem uma característica completamente  
1081 diferente de um relatório que é para fazer gestão da qualidade do ar. Não estou  
1082 dizendo que essa Resolução não está fazendo gestão, falo em vários pontos que  
1083 ela é um dos elementos da gestão da qualidade do ar, não estamos falando nada  
1084 disso, a gente só queria para poder ajudar na formulação das ideias nivelar de que  
1085 relatório que nós estamos falando. A abstenção da CNI ela tem substância,  
1086 porque a CNI continua achando que nós estamos falando simplesmente de um  
1087 relatório para mudança de fases e, portanto, não dá para ficar engessando coisas  
1088 de um outro relatório. E digo isso porque essa discussão e essa lembrança vai  
1089 retornar quando a gente for discutir a Resolução nº 5 e muitos de nós seremos os  
1090 mesmos atores, provavelmente. Então, por isso que a gente está dizendo, nós  
1091 vamos lembrar disso e tememos que ao discutir lá uma coisa que não bata com  
1092 outra lá. Vai ter que rever, vai ter que revogar, porque muita coisa que está dito  
1093 aqui é para o relatório de lá. Entendeu? E não dá para ficar em duas Resoluções.  
1094 Era só esse o cuidado que nós queríamos, não estamos aqui querendo acabar  
1095 com o avanço, não estamos aqui querendo falar, nós estávamos com dúvidas  
1096 objetivas e essas dúvidas objetivas é que foram postas e infelizmente mal  
1097 compreendidas.

1098

1099

1100 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Dra.**  
1101 **Patrícia,** a senhora me suscitou uma dúvida no texto agora aprovado. O comando  
1102 de não... A sua fala me fez refletir em cima do texto aprovado, ou seja, eu tinha  
1103 criado um comando, por isso que eu perguntei se eram dois relatórios, ou se era  
1104 um só, porque eu estou dizendo no art. 3º que o relatório vai ter que ser entregue  
1105 ao Ministério, e aí eu estou dando a entender que anualmente esse relatório vai  
1106 ter que ser entregue ao Ministério e não é isso que se quer. Pois é, mas com o  
1107 mesmo nome, separados, com objetivos diferentes, não estava dando certo.  
1108 Entendeu? Entendeu a minha dúvida? Com o mesmo nome, eu estou dizendo isso  
1109 desde o GT, com o mesmo nome e objetivos diferentes teria que ser uma redação  
1110 melhor. Não sei se a gente... A gente via ter que voltar ao texto que foi agora  
1111 aprovado, que ele está dando a entender que se encaminha anualmente, depois  
1112 se encaminha a cada 4 anos o relatório ao Ministério para poder consolidar e  
1113 mudar de fase. Não é isso que se quer dar. Pois é, mas está tudo misturado no  
1114 artigo que fala do gatilho de revisão. Entendeu? É essa a confusão.

1115

1116

1117 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Zilda, até  
1118 porque eu coloquei a pedra no caminho. Na verdade, eu estou entendendo que é  
1119 o mesmo relatório. Um vai com o objetivo de dar ao CONAMA subsídios para  
1120 mudança de fase, para cobrança de mudança de fase. O que está escrito aí é que  
1121 esse relatório que vai subsidiar o CONAMA vai ser publicado anualmente. Com  
1122 que objetivo, o que vão fazer, para dar conhecimento, não importa. É só isso que  
1123 está escrito, porque o relatório com conteúdo para gestão da qualidade do ar a  
1124 gente vai lá para a Resolução nº 05.

1125

1126

1127 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1128 Patrícia, eu tenho uma ideia, eu tenho uma ideia, assim, não coloque nada ainda,  
1129 o que poderia solucionar isso era transformar esse § 2º num artigo, logo a seguir,  
1130 mas num artigo logo a seguir desse, que desse o seguinte comando, a partir, esse  
1131 comando, colocasse esse texto na forma de um artigo e que aí fica claro que nós  
1132 estamos falando aqui só da publicidade que o Estado vai ter que dar e não do  
1133 gatilho de revisão. Então assim, a partir do primeiro relatório encaminhado ao  
1134 CONAMA os Órgãos Ambientais Estaduais e Distrital elaborarão o relatório de  
1135 avaliação da qualidade do ar anualmente garantindo a sua publicidade. Acho que  
1136 na hora que você separa, ela talvez não deixe essa confusão de que anualmente  
1137 você tem que mandar para o Ministério do Meio Ambiente. É só dar publicidade ao  
1138 relatório. Poderia ser? Eu vi algumas pessoas se mobilizarem em relação a isso  
1139 ou em relação à outra coisa? Poderia ser isso, Dra. Fátima? Patrícia, no  
1140 microfone.

1141

1142

1143 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Ao invés  
1144 de ser... Patrícia Boson, CNT. Ao invés de ser uma explicação do *caput*, o que  
1145 podia dar a confusão do encaminhamento anual, é um outro comando sobre o  
1146 mesmo...

1147

1148

1149 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1150 Sobre a publicidade do relatório.

1151

1152

1153 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Sobre a  
1154 publicidade, que eu penso que é algo que a Sociedade Civil desde o início...

1155

1156

1157 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORCHI – TITULAR (MPF)** – Que bom  
1158 que seja reconhecido, agradeço. Porque o artigo que havíamos colocado, o 10º,  
1159 se referia exatamente, somente à comunicação. E recebemos críticas o tempo  
1160 todo de mal escrito e ele está tão lindo, não entendi porque mal escrito, mas era a  
1161 preocupação desde o início, se lê perfeito, eu acho que é isso mesmo, Dra. Zilda.

1162 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1163 Podemos fazer isso? Então, por favor, João. Na sequência, ele tem que ser  
1164 necessariamente após esse artigo. Isso. Então, esse novo artigo cria dois  
1165 comandos, ele fala que o relatório vai ser anual depois do primeiro encaminhado,  
1166 e vai ser dada publicidade anualmente. Com isso eu desvinculo ele da publicação,  
1167 do envio anual ao Ministério do Meio Ambiente. Ele vai disponibilizar, o Ministério,  
1168 tem um outro comando adiante que fala na publicidade, nos links, é logo após o  
1169 10º e aí a gente com isso garante a publicidade e o Ministério disponibiliza essa  
1170 informação. Correto? Dra. Fátima e Dra. Evangelina ainda pedem a palavra ou  
1171 não? Tá bom. Podemos encaminhar a votação desse artigo, Evangelina?  
1172 Podemos encaminhar a votação desse artigo?

1173

1174

1175 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1176 **(Apramac) –** Fazer uma pergunta... Está bom, pode esperar, eu falo depois.

1177

1178

1179 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1180 Temos 5, não temos... Cadê o pessoal que saiu? Hã? Patrícia pode votar? Então  
1181 tá. Então, temos 6 membros da Câmara Técnica para poder votar. Priscila, senta  
1182 aqui para votar que eu vou encaminhar a votação, por gentileza. Então, eu vou  
1183 pedir que em relação a essa mudança recente, transformando, então, o § 2º do  
1184 novo artigo que tinha sido aprovado há pouco, em um novo artigo com a seguinte  
1185 redação, a partir do primeiro relatório encaminhado ao Conama os Órgãos  
1186 Ambientais Estaduais e Distrital elaborarão um relatório de avaliação da qualidade  
1187 do ar anualmente, garantindo sua publicidade. Certo? Aqueles que se manifestam  
1188 favoravelmente, por favor, levantem os braços. 1, 2, 3, 4, 5. Aqueles que são  
1189 contrários a essa redação? Aqueles que se abstém? Não entendi. Confesso que  
1190 eu não entendi. Agora eu fiquei confusa, mas a votação foi concluída, 6 votos  
1191 favoráveis e 2 abstenções.

1192

1193

1194 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Só me permite. Só  
1195 para justificar o voto. Eu queria pedir desculpas pela abstenção, porque nós  
1196 acordamos, mas na verdade nós temos uma dúvida com relação ao conteúdo  
1197 mínimo do Termo de Referência para disponibilização dos dados, foi por isso a  
1198 nossa abstenção. Nós poderíamos ir a esse ponto só para dar uma olhada sobre  
1199 resultado. É só essa a nossa dúvida. Desculpe, Dra. Zilda, mas foi isso que  
1200 aconteceu.

1201

1202

1203 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1204 peço a cooperação da Sociedade Civil, por gentileza.

1205

1206

1207 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu não quis  
1208 interrompê-la.

1209

1210

1211 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Está  
1212 tumultuando a reunião. Então assim, por gentileza, eu tenho tido, essa presidência  
1213 tem tido a maior consideração em relação aos atropelos.

1214

1215

1216 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu não pedi questão  
1217 de ordem, porque nós tínhamos acordado. Eu não pedi questão de ordem.

1218

1219

1220 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Nós  
1221 não votamos ainda o anexo. Não. Votamos na reunião passada provisoriamente,  
1222 podemos voltar a ele. Por gentileza, coloque na tela então o anexo que fala do  
1223 conteúdo mínimo.

1224

1225

1226 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1227 **(Apromac)** – A dúvida sobre o conteúdo mínimo é se... É o Termo de Referência.  
1228 Pode descer, por favor? Termina aí? Já tirei minha dúvida, está correto. Está  
1229 correto.

1230

1231

1232 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só  
1233 um minutinho, deixa lá no relatório que o Daniel quer fazer uma questão a respeito  
1234 do conteúdo mínimo. Daniel Cobucci, Ministério da Saúde.

1235

1236

1237 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Bom dia novamente.  
1238 Bom é o seguinte, vou tentar fazer bem resumido aqui, foi uma provocação feita  
1239 pelo André lá no início quando a gente começou a discutir essas questões dos  
1240 relatórios, que o conteúdo mínimo atende ou não atende a expectativa daquele  
1241 art. 10º. Uma provocação que foi feita pelo André... Quando a gente começou a  
1242 discutir o art. 10º e estava muito em... Estava em questão essa questão do  
1243 relatório, o André fez uma pergunta bastante objetiva se aquele conteúdo mínimo,  
1244 esse conteúdo mínimo abrigaria ou não o relatório que vocês estavam propondo  
1245 naquele art. 10º. Eu fiz uma leitura de que esse relatório aqui é extremamente  
1246 técnico e ele não tem a função e não tinha realmente o objetivo inicial, então,  
1247 portanto, ele não contemplava, de comunicar a sociedade como um todo, a  
1248 população que não domina do aspecto técnico. Então, eu fiz uma conversa para  
1249 tentar contemplar essa expectativa da comunicação à população, uma coisa mais  
1250 direta e mais traduzida de acrescentar um item que seria, termos que a gente  
1251 conseguiu achar aí já de outros relatórios seria o resumo executivo que teria, esse

1252 item teria o objetivo de traduzir as informações de forma reduzida e de forma clara  
1253 para a população sobre aspectos das condições da qualidade do ar. Essa é a  
1254 proposta.

1255

1256

1257 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1258 Daniel, pode ser um Parágrafo Único desse novo artigo aprovado agora. A gente  
1259 pode colocar nesse novo Parágrafo Único que os Estados poderão publicar um  
1260 resumo executivo contendo informações, uma coisa desse tipo no Parágrafo Único  
1261 desse novo artigo que a gente elaborou agora que extraiu da sua proposta de  
1262 parágrafo para o artigo anterior.

1263

1264

1265 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1266 **(Apromac)** – Mas Daniel, no final foi inserido? Evangelina, Apromac. No final isso  
1267 foi...?

1268

1269

1270 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1271 Entendeu?

1272

1273

1274 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Não, olha só, aí eu  
1275 tomei a liberdade de fazer algumas conversas, há aceitação de inserir esse item.  
1276 Então, ainda não foi, mas a gente tem que propor inserir, só que agora o que a  
1277 Zilda está colocando é uma outra estratégia de fazer o mesmo documento só que  
1278 destacado não do conteúdo mínimo, não entrar no relatório, mas entrar como  
1279 parágrafo.

1280

1281

1282 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1283 acho que podia ser dessa forma.

1284

1285

1286 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1287 **(Apromac)** – Porque essa foi a preocupação da nossa abstenção.

1288

1289

1290 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Lá no anexo a gente põe  
1291 *mais um (...) de resumo executivo.*

1292

1293

1294 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1295 Exatamente. Tá? Pode ser? Então, eu peço, eu não vou fazer isso agora, eu peço  
1296 que alguém proponha a redação pra mim.

1297 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu... Temos uma  
1298 proposta.

1299

1300

1301 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1302 gosto disso, tira da manga rapidinho. Vamos lá. Então, vamos lá. Esse novo artigo  
1303 que foi aprovado agora, então pronto. Eu acho que com isso soluciona essa  
1304 questão da transparência da informação. Evangelina, pediu a palavra? Não.

1305

1306

1307 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Vamos lá, o relatório  
1308 acima citado, citado no *caput*.

1309

1310

1311 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Qual  
1312 relatório? Do relatório anual, não é? Então, o relatório mencionado no *caput*. Diga  
1313 André.

1314

1315

1316 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Deverá conter.

1317

1318

1319 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1320 Poderá conter. Não é isso que você quer colocar?

1321

1322

1323 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não. É assim, se colocar  
1324 poderá pode vir relatório sem resumo.

1325

1326

1327 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
1328 Deverá: então, põe deverá. Então, deixa deverá.

1329

1330

1331 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu peço que a Dra.  
1332 Fátima, com a redação completa eu acho que vai ficar mais fácil entender. Deverá  
1333 conter resumo executivo... Em... Já chego lá. Vírgula, com informações. Perdão.  
1334 Volta. Depois da vírgula de forma objetiva e didática com informações traduzidas  
1335 em linguagem acessível. Com informações traduzidas em linguagem acessível.

1336

1337

1338 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É no  
1339 singular, linguagem acessível.

1340

1341

1342 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Linguagem acessível. Aí  
1343 tem uma vírgula depois de didático, acessível no singular também, tentando pegar  
1344 alguma referência da 0186 que fala do Rima, linguagem acessível, acredito que  
1345 assim a gente atende, mas vamos ouvir o que os membros acham. Traduzido  
1346 seria para deixar claro para quem elabora que aquela informação técnica, pesada  
1347 e tal ela tem que ser traduzida, não adianta ele colocar o dado e falar, PM 2,5, PM  
1348 10, o que é isso para a população? A população precisa entender, como a Dra.  
1349 Fátima explicou ontem o que é o moderado, o que é isso? Posso sair? Tenho que  
1350 colocar a máscara? Não tem. Então, eu acho que a tradução acho que orienta o  
1351 gestor público a ter o cuidado da forma de escrever, porque a gente conhece a  
1352 área técnica, a gente tem dificuldade de traduzir aquilo que ele está querendo  
1353 dizer de uma forma que a população entenda de uma maneira mais fácil. Bem,  
1354 está colocado aí para sugestões, críticas.

1355

1356

1357 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1358 particularmente, eu deixaria de linguagem acessível e tiraria de forma objetiva e  
1359 didática. Que é um aposto de qualificação, eu já estou qualificando em linguagem  
1360 acessível. Não sei. Não é excludente, mas eu acho, eu estou dizendo... É. Pois é.  
1361 Então, eu tiraria de forma objetiva e didática e colocaria com informações  
1362 traduzidas em linguagem acessível. Não sei o que os senhores acham. Bocuhy.

1363

1364

1365 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu acho que didática  
1366 e acessível são coisas diferentes em termos de formulação, metodologia, eu  
1367 manteria a palavra didática.

1368

1369

1370 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.  
1371 Tudo bem.

1372

1373

1374 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Muito bem, André.  
1375 Eu acho que perfeito.

1376

1377

1378 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu não entendi, Dra.  
1379 Fátima. É porque na verdade esse item seria um item também lá no conteúdo  
1380 mínimo, então nós ajustaríamos agora o conteúdo mínimo fazendo referência ao  
1381 resumo executivo. Tem um anexo que é o conteúdo mínimo e lá a gente faria  
1382 referência ao resumo executivo para constar no corpo do relatório. Atende?

1383

1384

1385 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – É uma forma até de  
1386 destacar. Então assim, só vejo coisa positiva nessa colocação aqui.



1387 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode  
1388 ser? Então, vamos fazer o seguinte, vamos mexer primeiro no anexo e depois a  
1389 gente encaminha a votação. Correto? Então, vamos no anexo agora. Isso. André,  
1390 como seria?

1391

1392

1393 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu entendo que o  
1394 resumo executivo deveria ser o primeiro ponto.

1395

1396

1397 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1398 Então, a gente vai precisar renumerar tudo agora, a gente coloca como... Então,  
1399 está bom, é um novo art. 1º, dá um Enter aí, vamos ver se vai automático. Beleza.  
1400 Então, como a gente faria? Resumo executivo?

1401

1402

1403 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Resumo executivo. E o  
1404 comando está no corpo da Resolução.

1405

1406

1407 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1408 Perfeito. Eu cortei o estadual lá, porque não é só estadual, a gente está chamando  
1409 o tempo todo de relatório de monitoramento da qualidade do ar, ele vai ser  
1410 estadual ou distrital dependendo da origem dele. Relatório de avaliação, não é de  
1411 monitoramento, o Mandari está me corrigindo aqui. Certo? Então, vamos corrigir,  
1412 em vez de monitoramento coloca avaliação. Exatamente. Mais algum ponto dentro  
1413 desse conteúdo mínimo para correções? Renato Brandão, Governo de Minas  
1414 Gerais.

1415

1416

1417 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Renato, Minas  
1418 Gerais. Eu acho que o resumo executivo poderia chamar o artigo e o parágrafo  
1419 que ele está falando para ficar referenciado.

1420

1421

1422 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Lá  
1423 naquele parágrafo?

1424

1425

1426 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** É só resumo  
1427 executivo, conforme Parágrafo Único do Art. X.

1428

1429

1430 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1431 Então, põe como uma nota de rodapé, para não ficar no texto, põe um asterisco

1432 em resumo executivo e põe uma nota de rodapé. Certo? Senão o texto fica sujo.  
1433 Tá? É isso, Dra. Fátima?

1434

1435

1436 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Fátima  
1437 Borghi, Ministério Público. É exatamente isso, como técnica legislativa você não  
1438 precisa porque o único Anexo I será esse, porque você vem numa norma, então  
1439 você não tem que fazer referência ao artigo, você põe artigo conforme Anexo I,  
1440 depois você vai lá no Anexo I não vai dizer que esse anexo refere ao art. X.

1441

1442

1443 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1444 Então pronto, então não precisa, não precisa, não precisa.

1445

1446

1447 **A SR<sup>a</sup>. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – É técnica  
1448 administrativa.

1449

1450

1451 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1452 acho melhor. Tá. Então, encaminho para votação junto esse anexo com as  
1453 correções feitas agora, esse anexo que nós estamos chamando de I, que eu não  
1454 sei se vai ficar I, vai ficar II, vai ficar III, nós vamos ver depois, e o parágrafo do  
1455 novo artigo aprovado há pouco. Então, seria as correções no título, as correções  
1456 no título deste anexo, inserir no resumo executivo, corrigir o título inserindo o  
1457 resumo executivo como novo item I e as correções, a inserção de um parágrafo,  
1458 ou um novo artigo que trata da comunicação e da publicidade dos relatórios de  
1459 qualidade do ar. Aqueles que são favoráveis às duas inserções se manifestem  
1460 levantando a mão. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, que são contrários. Abstenções? 7 votos  
1461 favoráveis e 2 abstenções. Certo? Eu não votei, eu não preciso votar se eu não  
1462 quiser, eu não preciso, o Regimento prevê isso. Meu voto é de minerva, eu posso  
1463 qualificar meu voto, às vezes eu qualifico, às vezes eu não qualifico, não senti  
1464 necessidade agora. Eu posso votar, não senti necessidade. Voto se quiser, assim  
1465 está no Regimento, estou seguindo o Regimento Interno. Bom, então com isso a  
1466 gente... Aí agora a gente volta lá para o 10º que já tinha taxado, na sequência tem  
1467 um novo artigo que eu não sei se a gente puxa para lá ou não. Depois do 10º.  
1468 Esse aí. Eu acho que a gente colocaria na sequência, o que vocês acham? Ou no  
1469 final, porque ele está falando de gestão da qualidade do ar, é muito mais do que o  
1470 relatório. A gente pode deixar aí ou colocar no final do texto. Acho que pode deixar  
1471 aí, porque eu estou falando de uma coisa mais ampla, são todas as informações  
1472 relativas a esse assunto. Então, a proposta de redação é a seguinte, compete ao  
1473 Ministério do Meio Ambiente a divulgação em sua página da Internet de links para  
1474 acessos às redes, eu acho que aí tem crase, às redes, dados e informações dos  
1475 Estados e do Distrito Federal relacionadas à gestão de qualidade do ar, da  
1476 qualidade do ar. Sugestões? Podemos encaminhar a votação? André.

1477 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Vou passar para o  
1478 Cláudio Alonso.

1479

1480

1481 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha é uma certa provocação,  
1482 mas vou fazer. Cabe ao Governo Federal fazer algumas coisas também em  
1483 termos de licenciamento e algumas fontes, não são muitas, mas é verdade. Como  
1484 é uma gestão, por que o Governo Federal não deve, assim como os Estados e  
1485 Municípios, também na sua, não é grande, também não prestar informações à  
1486 população sobre como é que ele gerencia aquela quantidade de fontes que são,  
1487 como é que chama? Que são de fronteira, que são atribuições do Governo  
1488 Federal, não são muitas, mas porque também eu acho que o Governo Federal  
1489 nesse aspecto deveria também dispor de seus dados e não só Estados e  
1490 Municípios.

1491

1492

1493 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1494 Cláudio, não estamos nessa Resolução tratando de licenciamento ambiental e  
1495 nem do Sislic.

1496

1497

1498 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu estou falando de divulgação  
1499 de dados, só divulgação de dados, os dados que o Governo Federal porventura  
1500 tenha também devem ser divulgados.

1501

1502

1503 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1504 Então, tiraria dos Estados e do Distrito Federal e colocaria dados e informações  
1505 relacionadas à gestão da qualidade do ar. Pode ser? Então tá bom. E tira o 12,  
1506 isso mesmo. Podemos encaminhar a votação? Aqueles que são favoráveis à  
1507 redação conforme ela se encontra, por favor, se manifeste. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. 9.  
1508 9 votos favoráveis. Votos contrários? Nenhum. Abstenções? Nenhuma. Posso  
1509 votar. Aí nós temos propostas do art. 11, essa proposta é originária da 26<sup>a</sup>  
1510 Reunião da Câmara Técnica. Durante os períodos, isso daí tem a ver com a  
1511 proposta, com a proposição de ontem que tinha sido rechaçada por essa Câmara  
1512 Técnica, mas vou ler assim mesmo. Então, supressão, então tira. Também a  
1513 supressão integral do 12 também pode taxar, já está pedindo a supressão. Nova  
1514 redação para o 12, eu acho que essa redação do 12 fica comprometida em função  
1515 da proposta que foi aceita ontem, foi a proposta que já estava na Câmara Técnica.  
1516 Então ela não precisa nem ser votada, então ela é taxada. O 13 é pedida a  
1517 supressão integral, pode suprimir. O proponente pede a supressão.

1518

1519

1520 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1521 **(Apromac)** – Eu não pedi a supressão, eu disse que já foi votado, na verdade  
1522 devia ter sido mostrado junto, foi isso que expliquei ontem.

1523

1524

1525 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Volta  
1526 um pouquinho. Supressão integral do art. 13 abaixo.

1527

1528

1529 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
1530 **(Apromac)** – Esse sim, mas o abaixo não, mas o abaixo também não vai ser nem  
1531 lido porque já foi...

1532

1533

1534 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1535 Estou dizendo desse que está ali, vocês solicitaram a supressão integral do art.  
1536 13, agora vamos ler os próximos. Essa nova redação proposta pro 13 fica  
1537 comprometida em função da votação de ontem e da proposta feita pela PROAM e  
1538 Apromac não ter sido, ter sido rechaçada por essa Câmara Técnica. Correto?  
1539 Desculpe, ter tido voto contrário, não aprovada. Então, desculpe, eu corrijo, peço  
1540 que corrija nos autos. Não foi aprovada por esta Câmara Técnica. Eu acho que  
1541 ninguém se manifesta contrário ao art. 14, né, o Ministério do Meio Ambiente e  
1542 nem nós, o Ministério do Meio Ambiente deverá encaminhar ao CONAMA  
1543 proposta de revisão da Resolução CONAMA 05/89 no prazo de até 12 meses  
1544 após a publicação desta Resolução. Aqueles que se manifestam favoráveis a esta  
1545 proposta, por favor, se manifestem. Vou levantar a mão. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10.  
1546 10 votos favoráveis. Então, não existem votos contrários e nem abstenções. Por  
1547 consenso votamos o art. 14. E o art. 15, essa Resolução entra em vigor na data de  
1548 sua publicação ficando revogada a Resolução Conama 03/90 e os itens 2.2.1 e  
1549 2.3 da Resolução Conama 05/89. Aqueles que se manifestem... Isso está certo? A  
1550 Abema tinha ficado de dar uma. Então, perfeito. E depois a gente vai ter que  
1551 transferir parte deste conteúdo para a ementa. Tá? Então, aqueles que se  
1552 manifestam favoráveis a esse artigo, por favor, levantem a mão. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7,  
1553 8, 9, 10. 10 votos favoráveis, nenhuma abstenção. Aprovado por unanimidade.  
1554 Então, agora o nosso trabalho não está concluído ainda, voltamos ao art. 1º. Dr.  
1555 Bocuhy. Ah é, o Dr. Bocuhy tinha feito uma proposta que eu falei que a gente faria  
1556 a discussão, podemos fazer nesse momento. Perfeito. É em relação àquela  
1557 preocupação externada ontem quanto à capacidade de suporte com áreas já  
1558 enfrentando problemas em relação ao...

1559

1560

1561 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – O de cima. Ok. Está  
1562 aí como art. X. O nosso objetivo é equacionar a questão da preocupação com  
1563 área saturada de licenciamento ambiental. Nós estamos aqui propondo a inclusão  
1564 de um dispositivo usado em São Paulo pela Cetesb, que é da compensação de

1565 emissões, significa o seguinte, que cada vez que for licenciar alguma coisa,  
1566 determinada área já saturada por poluente para a gente evitar que esse  
1567 licenciamento represente, na verdade, agregar mais poluição a essa área cria-se  
1568 um mecanismo de sequestro de poluentes, de negociação que você possa abrir  
1569 um vácuo para inserir esse novo empreendimento. E aí a nossa proposta é de um  
1570 ganho mínimo de 10% com relação à poluição tendo por base aquele  
1571 empreendimento que se insere. Eu acho que é bastante razoável, na verdade é  
1572 uma medida antidespoluição, se trata de uma política de despoluição, mas eu  
1573 creio que para nós isso traria uma segurança muito maior no quesito  
1574 licenciamento.

1575  
1576

1577 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
1578 Obrigado, Bocuhy, pela apresentação. A proposta está na tela, ela tem a ver com  
1579 a aquela preocupação externada ontem, eu fiz algumas sugestões, antecipei  
1580 algumas sugestões ao texto, mas também antecipei ao Bocuhy que eu não sei se  
1581 a gente vai conseguir aprovar esse comando adiante, mas eu acho que a gente  
1582 poderia minimamente discutir e acatar tendo em vista a orientação que o Governo  
1583 Federal tem passado de aguardar a discussão no Congresso do Projeto de Lei  
1584 que trata do licenciamento ambiental e enquanto isso não fazer nenhuma proposta  
1585 que modifique, ou que aprimore o instrumento licenciamento ambiental. Claro que  
1586 isso não está no papel, mas talvez a gente tenha dificuldade de colocar isso  
1587 adiante, mas eu não... Tecnicamente o Ministério do Meio Ambiente não vê  
1588 nenhum impedimento técnico para a proposta apresentada. Eu posso lhe  
1589 antecipar isso, do ponto de vista técnico isso já é uma prática de alguns Estados,  
1590 a gente acha a prática positiva, ela corrobora com a gestão e com o planejamento  
1591 ambiental, a gente acha que isso é extremamente bem-vindo, eu falo pelo  
1592 Ministério, não falo pelo Ibama, o Ministério da Saúde, mas eu acho que o Ibama,  
1593 o João já assentiu aqui que concorda também, eu só veria essa dificuldade, o  
1594 Daniel também, mas eu só veria essa dificuldade que a gente já tinha falado, mas  
1595 do ponto de vista técnico eu não vejo problema algum, quero ouvir os demais, o  
1596 Wanderley já levantou ali a plaqueta dele. Por favor, CNI.

1597  
1598

1599 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.  
1600 Bom, a minha observação se remete também à minha fala anterior na qual esse é  
1601 um instrumento, Dr. Bocuhy, que em momento algum nós debatemos tanto no  
1602 dois GTs que nós participamos, quanto das duas vezes que essa matéria teve na  
1603 Câmara Técnica. Ele é uma questão de gestão, claramente de gestão, envolve o  
1604 licenciamento também, mas envolve a questão de gestão, e é um tema que  
1605 merece um debate maior. Acho complicado debater e aprovar algum mecanismo  
1606 nessa Resolução neste momento, podemos até debater a pertinência, eu acho  
1607 que na questão da 05 certamente esse tema deve ser debatido, porque isso é  
1608 gestão de qualidade do ar. Agora, temos dificuldade, até porque teríamos que,  
1609 como vocês mesmos muitas vezes fazem, consultar as bases, ver a aplicabilidade

1610 disso em todo País e tudo mais. Não somos contra e nem a favor do dispositivo,  
1611 mas, Dra. Zilda, a dificuldade que nós temos aqui neste momento é de discutir um  
1612 tema que em momento algum, nos últimos 5 anos que a gente trata dessa  
1613 matéria, nós discutimos essa questão e ele tem um forte viés voltado à questão da  
1614 gestão, muito mais que padrões de qualidade do ar. É apenas a minha  
1615 ponderação nesse momento.

1616

1617

1618 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
1619 não vou discordar da tua fala, mas eu só queria acrescentar que a gente não  
1620 discutiu na forma de texto, mas isso foi colocado por diversas ocasiões pela  
1621 Sociedade Civil desde o Grupo de Trabalho. Então assim, nós nunca tínhamos  
1622 formalizado num texto concreto, mas foi uma fala constante do Dr. Bocuhy, que eu  
1623 lembro, em relação, a Evangelina também colocou isso em alguns momentos,  
1624 mas eu acho que é legítimo o setor colocar uma proposta e ter os  
1625 posicionamentos contrários e a favor.

1626

1627

1628 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Nesse caso  
1629 também tem uma observação a ser feita que nós aprovamos o dispositivo ligado à  
1630 questão do licenciamento, para o padrão vigente, neste caso específico ele se  
1631 refere ao padrão de qualidade do ar final. Então, esse é um ponto que ia contrariar  
1632 o dispositivo já aprovado por esta Câmara. Eram essas as observações que eu  
1633 faria de início. Patrícia.

1634

1635

1636 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Patrícia  
1637 Boson, CNT. Eu acho a ideia muito boa e eu acho um risco colocar ela aqui sendo  
1638 que a gente pode avançar e melhorá-la lá na 5 junto com outros elementos da  
1639 gestão da qualidade do ar. Eu tenho receio dela aqui ficar empobrecida, além de  
1640 ter alguma porção de dúvidas em relação à questão final, o parágrafo não bate  
1641 muito com o *caput*, mas não vou nem entrar nessa discussão de mérito, de forma,  
1642 porque a ideia é uma ideia que eu acho que deveria ser guardada para a gente  
1643 discutir na 5 e fazer de uma forma, inclusive, bem mais trabalhada, como  
1644 instrumento de gestão, podendo até avançar numa linha de instrumento  
1645 econômico, alguma coisa assim. Então, eu só fico, assim, com receio, reforçando  
1646 o que a fala do... Reforçando a fala do Wanderley, de que se essa colocação não  
1647 seria mais adequada até para o enriquecimento da ideia lá na Resolução nº 5 que  
1648 a gente está propondo, porque seria um instrumento de gestão a ser, inclusive  
1649 aperfeiçoado, se for o caso.

1650

1651

1652 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Renato, Minas  
1653 Gerais, vou passar para o Claudio Alonso.

1654

1655 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha, o instrumento solicitado ele  
1656 é fantástico, só que ele é um instrumento que implica numa avaliação econômica  
1657 muito forte, nós aqui não temos mandato para isso, e não fizemos uma discussão  
1658 muito profunda nesse sentido. São Paulo tem uma regulamentação sobre isso,  
1659 mas tem uma falha, paciência, dentro do que foi possível fazer foi possível fazer,  
1660 então, é o seguinte, esse tipo de instrumento ele está restrito apenas a regiões  
1661 onde existe uma qualidade do ar P1 ou maior. Então, onde P1 ou maior você em  
1662 São Paulo por Lei, é Decreto, você pode usar um instrumento de compensação  
1663 ambiental, e é utilizado. Ele basicamente tem sido utilizado e a gente tem  
1664 acompanhado o que acontece no mundo inteiro com esses instrumentos, no geral  
1665 são intramuros. Eu vou citar uma empresa aqui, porque pelo porte e respeito que  
1666 a gente tem a gente pode citar, digamos que a Petrobras, que é um complexo  
1667 imenso, ele tem uma caldeira que está dentro do padrão, ele está dentro do  
1668 padrão, mas emite bastante, mas está dentro do padrão, emite bastante o quê?  
1669 Em relação à região total. Eu não vou impedir um novo investimento da Petrobras  
1670 dentro da Petrobras se ele pegar aquela caldeira e reduzir 110% da nova unidade,  
1671 digamos assim. No geral é intramuros que a gente tem conseguido fazer isso, ou  
1672 seja, a própria empresa que tem uma fonte autorizada e dentro de padrão, mas  
1673 ela pode reduzir, ela reduz, porque o padrão de emissão, assim como o padrão de  
1674 qualidade do ar ele é uma bobagem se ele não for entendido como um todo, e o  
1675 que você está falando é exatamente isso, vamos entender como um todo. Você  
1676 lembra de um projeto que nós fizemos em São Paulo que chamava capacidade de  
1677 suporte? É isso, o que você está falando é isso. O que você está falando é isso.  
1678 Eu fico emocionado, porque eu coordenei esse projeto, e eu fico mais emocionado  
1679 ainda sabe com o quê? Que esta Resolução, em que pese não parecer, do jeito  
1680 que ela foi aprovada ela é uma Resolução de capacidade de suporte. Esta, do  
1681 jeito que ela foi aprovada, desta forma nós já temos instrumentos suficientes para  
1682 gerenciar a qualidade do ar mesmo que a compensação não seja usada. Pode ser  
1683 usada? Pode. Mas não dá para ser usada nesta Resolução. Essa Resolução ela  
1684 trata de qualidade e não de gestão. Então, é muito difícil a gente colocar um item  
1685 de gestão, até porque ele tem um impacto econômico extremamente forte, nós  
1686 não discutimos isso, nós não temos nem autorização dos Estados para aprovar  
1687 um negócio desses, acho que ninguém tem, o Ministério não tem, acho que  
1688 ninguém tem, porque é muito forte essa proposição, de você permitir uma fonte de  
1689 100, desde que ela tire 110, é muito forte isso. Então, é possível, em São Paulo se  
1690 faz intramuros, e intramuros, não se consegue fazer extramuros ainda, e ainda de  
1691 forma restrita. Dessa forma, eu acho que a Resolução como está aprovada ela é  
1692 uma Resolução de capacidade de suporte já, e novos instrumentos eles devem  
1693 ser colocados no PRONAR, aqui não dá, aqui não dá, porque é um instrumento de  
1694 gestão.

1695

1696

1697 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1698 tenho inscrito o Bocuhy.

1699

1700 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu concordo em  
1701 parte com o que foi colocado pela CNI e também com o Claudio, fico muito feliz,  
1702 Claudio, de ver você sensibilizado com capacidade de suporte de novo, porque  
1703 quando nós pedimos para fazer de Cubatão você foi fazer em Paulínia, mas fez e  
1704 foi muito bem feito, foi um projeto fantástico, mas deveria fazer Cubatão. Era tido  
1705 como uma área um pouco perdida no processo, não é o mérito aqui, mas a  
1706 questão para nós é a seguinte, já que nós estamos tratando de licenciamento  
1707 nessa Resolução e tratar de licenciamento na forma como aqui está, não se  
1708 adotando padrão final, o padrão de segurança, a saúde pública, mas se adotando  
1709 uma meta intermediária como *standart* para essa decisão pelo órgão licenciador,  
1710 nós temos que ter algum mecanismo que permita uma segurança. E aí, André, eu  
1711 acho que 10% não é um sacrifício excessivo se você considerar o relicenciamento,  
1712 uma licença quando é renovada, você sabe que a Petrobrás quando ela tem que  
1713 renovar uma licença, ela às vezes tem ganhos maiores que isso, por conta de  
1714 avanço tecnológico. Então, do que nós estamos falando aqui, na verdade, é de  
1715 adequação tecnológica, isso aqui de certa forma, esse dispositivo, ele estimula a  
1716 inovação tecnológica em todo o sistema e hoje o que nós temos que avançar em  
1717 termos de posição atmosférica é justamente na questão, por exemplo, de veicular  
1718 a mudança tecnológica para P8, como a Dra. Zilda fala, eu falo Euro 6 ainda, mas,  
1719 então algumas coisas elas vão ter que encaminhar. Então, para nós, colocando  
1720 essa proposta agora, seria uma segurança mínima de você adotar o licenciamento  
1721 com uma meta que para nós é insuficiente, mas com esse dispositivo nós  
1722 conseguiríamos uma despressurização das áreas já saturadas. Caso contrário,  
1723 André, nós estamos criando aqui um dispositivo nessa Resolução que é  
1724 inconstitucional, a discussão vai ser jurídica, porque você vai criar um mecanismo  
1725 onde todo licenciamento ambiental em área saturada ele vai apresentar um Plus  
1726 de poluição, e isso não vai prosperar. Se nós criarmos esses mecanismos isso dá  
1727 para vocês, inclusive da área econômica, para o pessoal da área industrial, dá  
1728 uma segurança de poder continuar atividades econômicas, e por outro lado você  
1729 cria para a saúde pública um dispositivo de segurança. Queria argumentar com  
1730 isso, Dra. Zilda, para dizer que não é fazer um sacrifício excessivo, mas é um  
1731 sacrifício mínimo para você poder implementar uma norma como essa.

1732  
1733

1734 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1735 Antes de passar a palavra pro André, Bocuhy, eu não estou entendendo que os  
1736 Estados estão se furtando a isso, o questionamento que eles estão tendo é em  
1737 relação a licenciamento ambiental e ser nessa Resolução, a exemplo que a CNI  
1738 falou. Eu posso entender que é um instrumento novo, o Cláudio colocou a  
1739 experiência do Estado de São Paulo, eu acho, eu diria que é um instrumento do  
1740 futuro, eu acho que isso é uma coisa que pode perfeitamente bem ser aplicada  
1741 pelos órgãos em conjunto. Eu acho que esse relacionamento é desejável do ponto  
1742 de vista do licenciamento ambiental, mas eu até respeito e concordo com a  
1743 opinião deles no que diz respeito a tratar desse detalhamento da gestão nesta  
1744 Resolução, e ainda assim também tratar do licenciamento ambiental. Entendeu?



1745 Assim, aí eu tenho dúvidas se a gente, também acho que por uma questão de  
1746 lógica, em função do que aprovamos ontem fica comprometida a proposição  
1747 violações ao padrão de qualidade do ar final, a palavra final fica comprometida em  
1748 relação a isso. Se eu ontem aprovei um dispositivo que acata para fins de  
1749 licenciamento os padrões intermediários, eu colocar o final aqui esse dispositivo é  
1750 contrário ao outro, vai dar um conflito no texto em relação a isso. Eu posso em  
1751 nome do Ministério do Meio Ambiente já que já aprovamos um comando de que o  
1752 Ministério vai ter 6 meses para apresentar uma proposta de revisão da Resolução  
1753 05, incorporar preliminarmente, porque vai trazer ao Conselho, esse texto à nossa  
1754 proposta da 05 e aí isso ficaria como nós já fizemos ontem formalizado nas  
1755 gravações dessa reunião, e como diria o outro no fio do bigode do meu cabelo,  
1756 não tenho bigode, mas tenho cabelo. *(Risos!)*. Entendeu?

1757

1758

1759 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Então, Dra. Zilda, eu  
1760 entendo o seguinte, quando a gente faz toda essa argumentação aqui com relação  
1761 à gestão na verdade nós estamos tratando de licenciamento.

1762

1763

1764 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
1765 é, e aí eu tenho medo da gente perder esse dispositivo.

1766

1767

1768 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Agora, se nós  
1769 estamos tratando de licenciamento num item específico, a gente tem que colocar  
1770 alguma salvaguarda pra isso. E a nossa proposta com relação, a nossa  
1771 argumentação com relação a isso, ela é muito sólida, porque do jeito que está  
1772 vocês vão correr o risco de uma insegurança jurídica muito grande, enquanto que  
1773 esse dispositivo proposto por nós ele permite a continuidade de atividade  
1774 econômica, permite a despressurização de áreas contaminadas e dá segurança  
1775 jurídica ao processo. Eu acho que sim, porque você tem um dispositivo para a  
1776 despressurização.

1777

1778

1779 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pela  
1780 sua fala eu entendo que você quer permanecer nesta Resolução com essa  
1781 proposta?

1782

1783

1784 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu acho, porque nós  
1785 estamos tratando de licenciamento...

1786

1787

1788 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
1789 ontem nós já colocamos no dispositivo relacionado ao licenciamento.

1790 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Dra. Zilda, se a gente  
1791 trata de licenciamento que é a gestão, nessa Resolução...

1792

1793

1794 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
1795 nessa Resolução a gente não está tratando da gestão especificamente, a 05/89 é  
1796 que trata com objetividade, com total... Então assim, o que estou me dispondo em  
1797 nome do Ministério do Meio Ambiente...

1798

1799

1800 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – A senhora está  
1801 pedindo que eu retire a proposta? Eu não posso retirar.

1802

1803

1804 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1805 estou pedindo para apresentar essa sua proposta na revisão da 05, essa  
1806 Resolução quando aprovada, a partir do momento em que ela sair da Câmara  
1807 Técnica a minha equipe técnica já será demandada para começar a trabalhar na  
1808 revisão da 05.

1809

1810

1811 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Então, deixa eu lhe  
1812 dizer uma coisa, na 05 nós temos N propostas para a Resolução 05, porque é  
1813 todo um conjunto multisetorial de mudanças de acordo com a alteração  
1814 tecnológica que tem que ocorrer. Então, aí nós vamos para um debate muito forte,  
1815 porque é gestão e aí gestão é uma questão que vai exigir mesmo. Agora aqui é a  
1816 pedra, estamos tratando da pedra fundamental do processo.

1817

1818

1819 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas  
1820 esse mecanismo que o senhor está chamando de compensação das emissões é  
1821 um mecanismo de gestão, ele é um mecanismo de gestão, é um indicativo de  
1822 como essa Resolução que trata de padrões, vamos fazer, vamos acabar com as  
1823 conversas paralelas, para a gente poder ter uma objetividade e vencer esse ponto.  
1824 É um mecanismo de gestão, porque essa Resolução trata dos padrões, que a 03  
1825 trata dos padrões de qualidade do ar, esse ponto avança em relação ao  
1826 licenciamento e como eu vou tratar padrões de uma área já com saturação. Então,  
1827 isso é gestão; objetivamente isso é gestão. Eu acho que não causa insegurança,  
1828 porque aprovamos ontem um dispositivo que diz que para fins de licenciamento  
1829 ambiental você vai ter que observar e eu acho que aqui ele pede passar, porque  
1830 ali está dizendo que a gente vai observar os padrões intermediários, já que eu criei  
1831 essa regra dentro da Resolução, eu estou sendo coerente que eu não vou poder  
1832 licenciar com o final, sendo que o que está em vigor é aquele outro intermediário.  
1833 É isso que eu estou dizendo. Então, eu pediria ao Bocuhy que não seria bem  
1834 retirar, mas retirar desta Resolução e sendo que o Ministério se compromete no

1835 comando do art. 14 que foi aprovado aqui hoje, redação do 14, apresentar uma  
1836 proposta de texto. Nós vamos, nós nos comprometemos, o Luiz está aqui comigo,  
1837 o técnico, é um dos técnicos que trabalha nessa área conosco no Departamento  
1838 de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, a inserir na proposta do Ministério  
1839 esse texto a ser encaminhada ao Ministério, quer dizer, não vai ser a proposta que  
1840 vai ser aprovada, depois passa pela Câmara Técnica para aprovação. Eu não sei  
1841 se você pode concordar com isso, Bocuhy.

1842

1843

1844 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu gostaria de fazer  
1845 uma declaração, então, Dra. Zilda, eu sou absolutamente simpático à ideia de  
1846 fortalecermos todos os mecanismos da 05, nós vamos ter que fazer isso, mas pela  
1847 minha própria questão estatutária da organização que eu represento, eu não  
1848 posso deixar de fazer uma proposta que ela elimine a insegurança jurídica,  
1849 principalmente com relação à segurança da população. Então, eu mantenho a  
1850 proposta para dar segurança jurídica. É essa a minha...

1851

1852

1853 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1854 Aonde... Eu estou entendendo que...

1855

1856

1857 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – É o licenciamento em  
1858 meta não padrão.

1859

1860

1861 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1862 Aonde o senhor pretende colocar esse texto? Vamos lá.

1863

1864

1865 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Teria que ser no  
1866 artigo de licenciamento, qual é o...? Nós fizemos sem... Art. XX. 3º. Pode dar um  
1867 pulinho lá? Copia tudo e leva para o 3º, por favor. Têm pequenas alterações aí de  
1868 redação.

1869

1870

1871 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** –  
1872 Reforçando que a questão do licenciamento está ali, porque está relacionado com  
1873 padrão, que é o tema da coisa, quer dizer, não está licenciamento ali, porque está  
1874 o licenciamento, porque lembrou do licenciamento, é porque está relacionado com  
1875 a aplicação do padrão.

1876

1877

1878 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
1879 entendi, está relacionado ao padrão. Não. É logo a seguir, espera aí. Está aí.

1880 Seria o § 4º. O § 4º é o último do art. 3º? É né? Beleza. Aí ela teria que ter um  
1881 novo artigo, não é isso? Pois bem, teria que ser um novo artigo logo após o 3º. Vai  
1882 ficar estranho. Não? Não sei, tanto faz, pode ser. Então deixa, tira ali, tira então o  
1883 título que está colocando ali, art. XX e isso aí. Isso. Pronto. Deixa como  
1884 parágrafos. E aí a gente coloca em votação.

1885

1886

1887 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – A senhora me  
1888 permite antes de votar, área impactada... Esse não é o último texto que eu mandei  
1889 para vocês.

1890

1891

1892 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1893 Agora. Foi agora. O que foi colocado aqui.

1894

1895

1896 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Mas, não é o texto  
1897 editado.

1898

1899

1900 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí  
1901 Bocuhy, foi copiado daí.

1902

1903

1904 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – É porque eles  
1905 mostraram o outro, está bom. Ok. No parágrafo XX mais 1 ali, impactada e se  
1906 realizado, tem um E ali, e no último... Cópia esse, mas vamos editar primeiro, é  
1907 rapidinho. Essa compensação das emissões deverá, deverá, e tira o não poderá,  
1908 deverá exceder em... Não, não. Embaixo.

1909

1910

1911 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1912 Podia ter corrigido direto no texto ao invés de corrigir aí na proposta dele. Corrige  
1913 direto no texto.

1914

1915

1916 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Tira o não poderá e  
1917 coloca deverá. Isso. Deverá, não, deverá, tira o não. Deverá. Isso. É isso.

1918

1919

1920 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1921 Podemos votar então? Podemos votar? Eu vou encaminhar a meu pedido e  
1922 pedido de outros uma votação nominal e não coletiva, porque daí cada um tem a  
1923 oportunidade se justificar pelo voto. Eu acho que a gente deixou bem claro as

1924 posições, então, começo pela CNI, Dr. Wanderley. Perdão, Bernardo, que é o  
1925 primeiro. Bernardo está lá embaixo do ar condicionado. Vai lá Bernardo.

1926

1927

1928 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Eu voto contra a proposta nesse  
1929 momento, não que a ideia seja ruim, mas eu acho que inserir a ferramenta, o  
1930 instrumento da compensação numa Resolução de padrões é a gente inverter a  
1931 ordem das coisas, a gente está colocando o carro na frente dos bois.

1932

1933

1934 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – A CNI também  
1935 acompanha o posicionamento da CNC fazendo uma qualificação, apoiamos a  
1936 ideia, para nós é até muito importante que haja um dispositivo desse, mas  
1937 gostaríamos de discutir na 05, até porque a CNI ela sempre defendeu a revisão da  
1938 05 juntamente com os Estados da importância dessa revisão. Então, a ideia é  
1939 muito boa, só não concordamos de colocá-la nesse momento. E outra questão  
1940 que me surgiu aqui é que a gente tem propostas também para compensação,  
1941 textos, né, e nós não trouxemos, porque não sabíamos que esse tema seria  
1942 discutido. Então, achamos que é oportuno, mas na revisão da 05.

1943

1944

1945 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato, Minas  
1946 Gerais, também sou contrário em função de entender que essa discussão deve  
1947 ser feita na 05.

1948

1949

1950 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.  
1951 Pelos mesmos motivos que o Renato expos, a ideia tem mérito, nós  
1952 acompanhamos, entendemos a importância, mas acreditamos que essa discussão  
1953 tem que ser feita na 05 também.

1954

1955

1956 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Zilda  
1957 Veloso, Ministério do Meio Ambiente, o nosso voto é contrário, mas eu também  
1958 gostaria de qualificar que o Ministério vê com muito bons olhos a proposta feita  
1959 pela SESBRA, Ministério Público e PROAM e Apromac, perdão, vai ser ato falho  
1960 também, PROAM também, então ótimo. E o Ministério já se compromete a colocar  
1961 esse tema dentro da proposta que vai enviar ao CONAMA como um dos  
1962 mecanismos de gestão da qualidade do ar possíveis de ser feitos, se não aqui no  
1963 licenciamento ambiental, não sei, mas eu acho que a ideia é muito boa e é uma  
1964 ideia, como eu disse, de futuro, então nós colocamos isso também na nossa  
1965 revisão, mas neste momento, por entendermos que isso pode, que isso não deve  
1966 ser tratado nessa Resolução, o nosso voto é contrário.

1967

1968

1969 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Daniel, Ministério da  
1970 Saúde. Meu voto também vai no mesmo sentido dos demais que votaram até  
1971 então, garantindo esse compromisso de discutir essa questão, defender essa  
1972 questão na revisão da CONAMA 05.

1973

1974

1975 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma /SE)** – Vitor  
1976 Hugo, Anamma. Concordo também que esse assunto tem que ser tratado na 05,  
1977 então também meu voto é contrário.

1978

1979

1980 **A SR<sup>a</sup>. PRISCILA BERNARDES (CNM)** – Priscila Bernardes, CNM, corroboro  
1981 com a fala de todos até o momento, e que nesse momento seria um pouco  
1982 equivocado tratar desse assunto, então, concordamos de votar na 05 também, de  
1983 discutir.

1984

1985

1986 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
1987 Evangelina.

1988

1989

1990 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu vou votar  
1991 primeiro.

1992

1993

1994 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá  
1995 bom.

1996

1997

1998 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Carlos Bocuhy, do  
1999 PROAM, representando a SESBRA. Eu queria dizer que o nosso entendimento e  
2000 aqui com a Assessoria do engenheiro Olímpio Alvares que está nos subsidiando  
2001 nessa discussão toda, que tratarmos de licenciamento nessa Resolução sem  
2002 termos um dispositivo que represente segurança para áreas saturadas, representa  
2003 colocar um dispositivo que oferece uma grande insegurança jurídica. Então, é por  
2004 conta da insegurança jurídica que nós mantivemos a proposta e o nosso voto é  
2005 favorável, achamos que é uma questão de essência e sem esse dispositivo, outro  
2006 dispositivo que dê segurança, não vi nenhum outro aqui, essa questão do  
2007 licenciamento não deveria constar dessa Resolução também.

2008

2009

2010 **A SR<sup>a</sup>. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2011 **(Apromac)** – Evangelina, Apromac, eu sigo as palavras do Bocuhy e o voto é  
2012 favorável.

2013

2014 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Muito  
2015 obrigado senhores membros da Câmara Técnica, temos 8 votos pelo não e 2 pelo  
2016 sim. Então, essa proposta não foi aprovada. Vamos ao texto então? O senhor tem  
2017 outra proposta?

2018

2019

2020 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** É uma outra  
2021 proposta, é rápida e ela está no texto, desculpem a ordem das coisas, mas já que  
2022 estamos tratando das nossas propostas já coloco agora.

2023

2024

2025 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2026 Recomendação de medidas protetivas em caso de ultrapassagem dos padrões de  
2027 qualidade do ar finais.

2028

2029

2030 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Posso justificar?

2031

2032

2033 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Por  
2034 favor.

2035

2036

2037 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** É aquela questão  
2038 discutida ontem sobre o alerta promovido junto à comunidade caso necessário de  
2039 mudança de comportamento para proteção da população em função da questão  
2040 levantada pelo Wanderley sobre a perspectiva de que isso seria uma competência  
2041 do Ministério da Saúde, nós adaptamos isso a uma visão do órgão ambiental  
2042 competente, e aqui, Dra. Zilda, não tive tempo de mostrar essa redação para a  
2043 senhora, mas acho que ela contempla a ideia no sentido de não deixar essa  
2044 lacuna.

2045

2046

2047 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2048 Proposta em tela. Sempre que houver violação dos padrões de qualidade do ar  
2049 finais os órgãos estaduais e distrital ambientais devem recomendar, por meio dos  
2050 diversos canais de comunicação pública um conjunto de ações e medidas que  
2051 visem a redução da exposição ao poluente objeto da violação. Dr. Bocuhy, em que  
2052 ponto do texto o senhor inseriria essa proposta?

2053

2054

2055 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Na comunicação, né,  
2056 diz respeito exatamente à forma de comunicar o risco. Comunicação de risco,  
2057 acho que isso tem que constar.

2058

2059 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2060 Volta. Desce. É após o 9º, seria após o 9º. Então, manifestações? Dr. Bocuhy, eu  
2061 até poderia concordar com o texto desde que fosse retirada a palavra finais, senão  
2062 nós vamos causar um problema de controle em cima dessa informação. Agora vou  
2063 ouvir, a Anamma pediu a palavra, André, Governo do Estado do Rio de Janeiro.

2064  
2065

2066 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Bem, a gente entende a  
2067 preocupação que vocês estão colocando, mas também entendemos que essa  
2068 questão ficou superada quando a gente fala da comunicação, e fora que um outro  
2069 aspecto dessa proposta em particular é que se a gente está estabelecendo aqui  
2070 uma Resolução que diz sobre os padrões que serão alcançados gradativamente, e  
2071 eu estabeleço um comando dizendo que sempre que tiver violação já do padrão  
2072 final antes dele entrar em vigor, aí a gente tem um efeito, pode ter um efeito  
2073 reverso, se eu alerto a população a cada instante, tem uma hora que ela passa a  
2074 ignorar o alerta. Imagina que tenho uma sirene para o alerta de cheias, aí todo dia  
2075 toca a sirene, uma hora vai acontecer um desastre, porque eu vou tocar a sirene e  
2076 ninguém vai dá atenção aquilo, porque eu acho que a gente tem que ter o cuidado  
2077 no comando pra gente usar o instrumento de forma apropriada. E entendendo que  
2078 a questão, presidente Zilda, já foi votada ontem, inclusive, então, não sei nem se  
2079 caberia a discussão, mas em respeito ao Dr. Bocuhy reafirmo aqui que entendo  
2080 que não caberia pelo menos dessa forma como está colocada.

2081  
2082

2083 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Então, Dr. André, eu  
2084 agradeço muito a deferência e a consideração, mas eu gostaria que considerasse  
2085 a proposta. Qual é a nossa preocupação? É que na verdade nós estamos tratando  
2086 aqui e o pedido de revisão da Resolução foi de autoria da minha instituição, lá em  
2087 São Paulo no início e agora aqui também. Nosso objetivo é que com isso a gente  
2088 consiga atualização de padrões de qualidade do ar na medida em que eles  
2089 ofereçam segurança à saúde pública, é esse o objetivo. Quando nós tratamos de  
2090 metas intermediárias, padrões intermediários, eles não se referem à segurança da  
2091 saúde da população, é um objetivo que você vai estabelecer, é um objetivo  
2092 formalmente trabalhado por vocês, mas quando você trabalha com a comunicação  
2093 a sociedade para vulnerabilidade daquela população você tem que dizer sobre o  
2094 risco que ela corre. Então, é comunicação de risco, tem que ser real, e aqui não  
2095 estou me referindo à saúde, estou referindo a medidas, por exemplo, em São  
2096 Paulo é muito comum a Cetesb dizer que não dá para ir lá no Parque do  
2097 Ibirapuera fazer, correr, fazer exercício em pico de ozônio, né? Então, são  
2098 medidas simples de comportamento que podem informar à sociedade que aquilo é  
2099 inadequado. Se a gente não fizer isso para meta intermediária, nós não estaremos  
2100 na verdade proporcionando um serviço de informação à população, principalmente  
2101 a população mais vulnerável, que seja eficiente. Então, a minha preocupação é  
2102 trabalhar com o princípio da eficiência da comunicação do risco. Eu sei que existe  
2103 uma dificuldade, você está adotando um padrão intermediário e como você



2104 trabalha com dois padrões? Mas na verdade se trata de comunicação de risco.  
2105 Nesse sentido que nós gostaríamos de ver essa proposta contemplada, porque  
2106 ela vai ensejar, da parte dos órgãos ambientais, um processo de comunicação  
2107 mais efetivo que não de saúde, mas que seja de comportamento. Eu acho que  
2108 você consegue envolvimento maior da população com relação a episódios que  
2109 exigem alguma segurança.

2110

2111

2112 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2113 André e depois Daniel.

2114

2115

2116 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Queria passar para  
2117 Cláudio, mas antes de passar para Cláudio só dizer o seguinte, eu concordo que a  
2118 Resolução na forma como a gente iniciou o debate ontem ainda carecia de uma  
2119 um amadurecimento em relação à comunicação, mas hoje a situação é bem  
2120 diferente, a gente amadureceu a comunicação para episódio crítico, a gente  
2121 amadureceu a comunicação para o dia a dia, então hoje a gente vê que está  
2122 atendida essa questão, inclusive nas recomendações, enfim, na divulgação  
2123 dessas informações.

2124

2125

2126 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Pode apontar onde  
2127 que está atendido esse dispositivo que estou pleiteando?

2128

2129

2130 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Bem, vamos lá, quando  
2131 a gente colocou, não sei era na sequência do antigo art. 7º, vamos localizar. Ou  
2132 então, a gente pode fazer uma busca por comunicação. Aí mesmo. Colocamos:  
2133 Cabe aos órgãos ambientais estaduais e distrital, esse aí é comunicação para o  
2134 dia a dia, né, aquilo que não está relacionado à comunicação do episódio crítico,  
2135 então, cabe aos órgãos ambientais estaduais e distrital a divulgação dos seus  
2136 dados de qualidade do ar, utilizando os meios de comunicação de massa. E aí  
2137 tudo relacionado a esses resultados, daí criar um alarme, alarmar a população  
2138 desnecessariamente a gente entende que não é a forma adequada, mesmo  
2139 porque a gente tem um padrão vigente e poderia causar uma grande confusão, eu  
2140 não vejo como acompanhar a proposta de vocês nesse momento e vou passar  
2141 para o Cláudio dá uma complementação em relação a São Paulo.

2142

2143

2144 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Só  
2145 um minutinho, André. Ontem a gente não aprovou um texto similar no art. 9º?  
2146 Onde fala da ultrapassagem nas 24 horas subsequentes e tal?

2147

2148

2149 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – *Tem o episódio crítico e*  
2150 *um corrente, esse é o corrente e o outro é do episódio crítico. Então, a gente*  
2151 *entende que a gente cobriu...*

2152

2153

2154 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ele  
2155 cobre com isso. Cláudio.

2156

2157

2158 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É só para esclarecer uma coisa  
2159 que essa Resolução, ela tem um grau de complexidade que às vezes não é  
2160 perceptível, na simplicidade, de alguma forma ela é simples na sua apresentação.  
2161 Nós já falamos várias vezes, desde do Grupo de Trabalho, enfim, várias vezes  
2162 aqui também o seguinte, a comunicação à população ela se dá de acordo com a  
2163 OMS, São Paulo independentemente de P1, P2, o raio que o parta P45, São  
2164 Paulo só fala que a qualidade do ar está boa quando ela está dentro do padrão  
2165 final da OMS, isto é comunicação. A nossa forma de gestão é que para chegar lá  
2166 eu preciso etapas, então eu tenho etapa 1, etapa 2, etapa 3, enfim, a quantidade  
2167 de etapas que eu quiser, porque a poluição não foi criada de uma hora para a  
2168 outra e também não vai acabar de uma hora para outra. No entanto, a  
2169 comunicação à população ela se dá de acordo com os critérios da OMS, só é boa  
2170 a qualidade que eu informo à população quando ela está dentro do critério, não é  
2171 quando está dentro do padrão que eu estou adotando, mas quando ela está  
2172 dentro do critério da OMS, porque a população precisa saber o quê? O dano que  
2173 aqueles graus de poluição causa a ela de acordo com a OMS, isso, a  
2174 comunicação quando bem feita ela considera e eu duvido que os outros Estados  
2175 farão de forma diferente, seria muita irresponsabilidade um Estado pegar P1 e  
2176 falar que a qualidade é boa, não é, aí ele está mentindo, eu duvido que fala isso.  
2177 Então, eu acho que não há necessidade disso, porque isso pode gerar formas de  
2178 comunicação que são, que podem ser deturpadas. Então, eu prefiro deixar como  
2179 está, São Paulo tem uma forma que eu acho que ela pode se espelhar durante...  
2180 Não como forma, como ideologia básica é o seguinte, só é bom quando está  
2181 dentro do padrão final e o resto você faz como você acha conveniente, eu acho  
2182 que mexer mais nisso complica.

2183

2184

2185 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2186 Bocuhy pediu a palavra? Por favor.

2187

2188

2189 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu queria agradecer  
2190 ao Cláudio, porque Cláudio você me esclarece perfeitamente. Quando você tem  
2191 um marcador de qualidade do ar que diz boa é boa de acordo com o padrão da  
2192 OMS, é isso, tem que ser isso mesmo, não é aceitável que você crie um outro  
2193 sistema que não comunique o padrão final, padrão final. Esse é o ponto. A outra

2194 questão é que uma coisa é você dizer o padrão está bom, o padrão está regular, e  
2195 outra coisa é você informar à população quais são as mínimas salvaguardas de  
2196 comportamento que ela deve ter. Então, esse caráter orientativo, Dr. André, é que  
2197 nós queremos e os Estados conhecendo a sua região geográfica, e até  
2198 georreferenciando a sua poluição também poderão adotar essas medidas. Eu  
2199 acho que São Paulo tem um caso clássico que é o Parque do Ibirapuera que  
2200 concentra milhares de pessoas com concentração de ozônio, quer dizer, é uma  
2201 situação absurda, e as pessoas vão lá correr, andar de bicicleta e se exercitarem  
2202 em episódios críticos, não é? Então, esse tipo de informação para nós é basilar,  
2203 eu acho que seria do ponto de vista de serviço prestado à comunicação dos  
2204 órgãos ambientais, isso seria imprescindível, porque é orientação mínima, ainda  
2205 desconsiderando a questão se é competência da saúde ou da área ambiental,  
2206 mas cabe ao órgão ambiental esse alerta, e essa metodologia é facilíma de ser  
2207 criada, isso é aplicado no mundo todo, você tem referência para todo lado. Então,  
2208 os Estados construírem esse tipo de informação é uma tarefa relativamente fácil.

2209  
2210

2211 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2212 Antes de passar a palavra ao André, Dr. Bocuhy, eu acho que assim, eu falei no  
2213 início à nossa opinião, a princípio eu acho esse comando extremamente oportuno,  
2214 não concordo em ele ser o final, eu acho que isso causa uma dificuldade de  
2215 comunicação muito grande. Eu estou dizendo em todo decorrer da Resolução que  
2216 vou construir até chegar ao final, e ali eu coloco como padrão final, eu vou dar um  
2217 comando errado dentro da própria Resolução. Então, assim, eu não concordo com  
2218 o final. Eu concordo assim, se a gente tirar a palavra final até pode ser possível,  
2219 mas se não tirar o final fica muito comprometido. O Daniel está inscrito.

2220  
2221

2222 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Na verdade, eu  
2223 quero só colocar, tentar uma coisa, vamos dizer, intermediária, pegando a fala do  
2224 colega de São Paulo e do MMA, é o seguinte, eu também concordo com essa  
2225 coisa de padrão final, eu acho que causa esse confundimento mesmo, acho que  
2226 não é o termo mais adequado para se colocar, mas também pegando a fala do  
2227 especialista se a informação é dada com base ao final, que na verdade é a OMS,  
2228 talvez seria uma redação de ao invés de citar padrão final, citar valores de  
2229 referência da OMS, ou recomendados ao OMS, ou seja, você tira esse  
2230 confundimento de padrão final, enfim, é uma pergunta, uma proposta, uma  
2231 provocação para ver se isso não pode atender.

2232  
2233

2234 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Posso só fazer uma  
2235 observação? Perdão. Desculpe. Dra. Evangelina está pedindo a palavra.

2236  
2237

2238 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**  
2239 **Evangelina acho que levantou a mão. Aí eu não sei Dra. Fátima. Evangelina.**

2240

2241

2242 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**

2243 **(Apramac) –** Como dito pela Zilda, ela disse o seguinte, que há uma dificuldade

2244 na comunicação disso, né, e eu acho que a dificuldade de comunicação ela existe,

2245 mas ela não pode... A dificuldade de comunicação existe, mas não deveria

2246 sobrepôr ao direito de comunicação, ao direito da população em receber essa

2247 comunicação. Como o Cláudio já disse a exemplo aqui no Brasil, nós temos a

2248 Cetesb que adota a comunicação do órgão americano, o órgão americano

2249 também não... Não, espera, o índice de qualidade do ar, eu quero dizer que segue

2250 o índice de qualidade do ar para facilitar essa comunicação à população, a própria

2251 Agência Americana, ela não tem o padrão final da OMS para alguns poluentes e

2252 ela utiliza a fórmula e assim a Cetesb utiliza igual. É uma fórmula aplicada e a

2253 informação é qualitativa pelo índice de qualidade do ar. Então, sim, é possível

2254 comunicar à população baseado nos padrões finais, vamos dizer assim, da OMS,

2255 que é o que tem a salvaguarda da população. Então, essa resistência que eu vejo

2256 em relação à comunicação aqui, nós da Sociedade Civil e o Ministério Público, nós

2257 tentamos de todas as formas garantir que se fosse adotado o padrão final da OMS

2258 e garantir que a comunicação fosse feita à população. Nós não conseguimos isso,

2259 porque primeiro não há uma paridade em termos de votação aqui entre os

2260 membros, então, nós somos uma minoria, há uma maioria esmagadora que

2261 obviamente tem os seus interesses e defende suas condições ou interesses

2262 próprios no sentido de... Ou das visões diferentes, vamos dizer assim, mas nós

2263 aqui Ministério Público e Sociedade Civil, a defesa sempre foi no sentido de

2264 garantir à população a salvaguarda de sua saúde e o conhecimento do que

2265 representa os níveis de poluição para sua saúde e como a população deve se

2266 proteger para isso. E são inúmeros os argumentos de que isso não é possível,

2267 quando se tem exemplos no mundo que fazem isso e inclusive no Brasil, Cetesb

2268 São Paulo faz isso e, por exemplo, até Espírito Santo faz isso. Quando o Espírito

2269 Santo no seu relatório, ele mostra quais são os níveis medidos dos poluentes e ele

2270 mostra no mesmo gráfico qual é o nível da OMS e qual é o nível adotado pelo

2271 Estado. Então, existe sim uma forma de comunicação, mas é claro que é aqui, de

2272 forma alguma a gente, não existe a possibilidade de aprovação disso, há uma

2273 resistência muito grande, o que eu não posso entender dizendo inclusive ontem

2274 que os órgãos ambientais eles não são responsáveis por uma informação que se

2275 relaciona à saúde, mas nós estamos aqui, senhores, discutindo poluição do ar, e a

2276 poluição e a discussão ambiental da poluição do ar só existe, na verdade, por

2277 conta da proteção à saúde, é por isso que existe e isso inclusive está escrito nos

2278 relatórios dos Estados. Então, obviamente que não se precisa de um órgão de

2279 saúde, porque quem faz a comunicação à população da poluição de ar é o órgão

2280 ambiental em todos os lugares do mundo. Então, eu gostaria de deixar aqui meu

2281 depoimento mesmo que haja um Comitê, ou existem profissionais de saúde que

2282 possam atuar e auxiliar em relação a isso. A própria Cetesb faz. Então, eu gostaria

2283 de deixar esse depoimento, porque nós estamos chegando no final, eu entendo  
2284 que a Sociedade Civil foi derrotada em todas as discussões, com todos os  
2285 argumentos, eu entendo que não houve nenhuma condição de haver uma, na  
2286 verdade, um diálogo, ou uma tentativa de aproximação e conciliação pensando  
2287 não aqui nos defensores da população, da sociedade, mas pensando naquilo que  
2288 é realmente o propósito de se discutir essas questões da poluição do ar em prol  
2289 da salvaguarda da saúde da população. Então, eu deixo aqui essa minha  
2290 declaração e eu realmente, o meu maior estarrecimento em relação a isso não é a  
2291 perda da votação maciça que houve por conta dessa disparidade de votos e de  
2292 membros, mas em relação à dificuldade da visão e da defesa da questão da  
2293 poluição do ar e seus efeitos sobre a saúde em cima ou da condição de gestão  
2294 dos órgãos, ou até mesmo na permissão de se poluir mais, no sentido de que os  
2295 padrões vão estar mais em relação às áreas saturadas, em relação a  
2296 licenciamento a ponto de hoje no último dia, no último momento ainda a  
2297 Sociedade Civil e Ministério Público virem hoje na tentativa mais uma vez de se  
2298 incluir alguma coisa que possa dar a salvaguarda à população. Então, é  
2299 lamentável o resultado de todos esses 4 anos desde 2014 de trabalhos para um  
2300 resultado como esse que não há absolutamente nenhuma proteção à população e  
2301 não há...

2302

2303

2304 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Dra.**  
2305 **Evangelina, nós ainda não acabamos a votação.**

2306

2307

2308 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
2309 **(Apromac) –** Eu estou falando, e não há também... Não, eu estou falando, a  
2310 senhora vai aguardar. E não há também... Bom, eu perdi o que ia dizer por último.  
2311 E eu gostaria também de registrar na minha declaração a diferença que há no  
2312 tratamento da senhora, senhora Zilda, em relação às pessoas que defendem a  
2313 Sociedade Civil, o Ministério Público, em relação às outras na hora que elas  
2314 querem falar, ou quando elas pedem para falar a forma como a senhora fala, o  
2315 tratamento é diferente, e eu não concordo com o tratamento com que a senhora  
2316 se dirige a mim, eu gostaria de deixar isso registrado a mim e a Sociedade Civil,  
2317 nós estamos aqui trabalhando em defesa da população, o que deveria ser parte  
2318 do que esse órgão deveria estar fazendo. Concluído.

2319

2320

2321 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu  
2322 só queria lembrar que nós ainda temos pontos em votação assim, eu senti o seu  
2323 discurso como um discurso final,

2324

2325

2326 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**  
2327 **(Apromac) –** Mas é.

2328

2329

2330

2331

2332

2333

2334

2335

2336

2337

2338

2339

2340

2341

2342

2343

2344

2345

2346

2347

2348

2349

2350

2351

2352

2353

2354

2355

2356

2357

2358

2359

2360

2361

2362

2363

2364

2365

2366

2367

2368

2369

2370

2371

2372

**A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas, nós ainda temos alguns pontos em votação aqui. Eu queria que a gente colocasse a proposta na tela, eu acho que já houve algum debate para que a gente pudesse votar o que foi proposto pela Sociedade Civil. A senhora poderia desligar seu microfone, por gentileza. Conforme o que já foi dito, eu queria explicar novamente, já que me dou esse direito, tendo em vista as acusações que a membro dessa Câmara Técnica, Evangelina Vormittag fez, em função de eu em momento em algum, a minha primeira fala depois da apresentação da proposta foi de, eu até poderia votar, eu favoravelmente, eu sinto uma insegurança em que eu estou construindo uma Resolução que fala em padrões intermediários P1, P2, P3 intermediários, e eu aqui coloco de pronto uma questão relacionada à violação do final, antes de ele entrar em vigor pela lógica que a Resolução colocou. Então, eu gostaria também de deixar registrado que a nossa, o nosso posicionamento não é contrário à redação proposta pela SESBRA, mas é contrário à palavra final, isso vai causar uma insegurança já que eu tenho uma construção de padrões intermediários e se eu coloco final, e coloco uma comunicação sobre a violação do final, a população vai dizer, vem cá mais qual é o padrão que está efetivamente em vigor? É o final? É o P1? É o P2? É o P3? Então, isso eu sinto essa insegurança em relação a isso. Eu gostaria também de dizer que infelizmente muitas das propostas que foram trazidas aqui pela Sociedade Civil dentro desta Câmara Técnica, elas fogem ao escopo da Lei 6938, daquilo que está previsto no Regimento Interno do CONAMA, que é legislar sobre matérias de meio ambiente e qualidade ambiental, independentemente do objetivo nobre ou não das propostas. Eu vejo que houve um baixo entendimento, em muitas ocasiões, do limite que nós temos sobre matérias de meio ambiente nesta Câmara Técnica. Então, esta presidência tem se pautado pela... Essa Câmara Técnica tem se pautado, eu acho que às vezes também há uma confusão em relação ao que é usado, o que é permitido pelo Regimento dentro dos trabalhos de Grupos de Trabalho, e dentro daquilo que é trabalho na Câmara Técnica. Nós temos dentro dos Grupos de Trabalho do CONAMA um trabalho informal em que a palavra não é dada somente ao Conselheiro, ela é dada a qualquer pessoa presente na mesa desde que seja empoderada para tal, eu não pego uma pessoa na rua para falar no Grupo de Trabalho, mas normalmente o grupo de trabalho é feito por meio de convites a instituições, a setores para que indiquem representantes que possam contribuir as matérias. Nessa Câmara Técnica nós temos que seguir um ritual, que é o os membros da Câmara Técnica, aqueles que têm direito a voz e voto, a eles é dirigida a palavra e a eles essa palavra é passada aqui. Então, tem que ser dado no microfone, porque nós temos gravação, essa gravação é disponibilizada. Então, assim, a parte informal ela existe dentro do Grupo de Trabalho, a parte formal tem que existir dentro desse Conselho, senão o Conselho não consegue operar minimamente e se organizar para poder desenvolver as suas tarefas. Eu já vi que o senhor levantou a mão, eu anotei, mas eu ainda estou falando. Então, eu pediria, eu entendo os questionamentos da Sociedade Civil, mas acho que às vezes muitas expectativas foram geradas e acho que, eu reputo, já falei isso para

2373 Dr. Bocuhy em algumas ocasiões, são dirigidas ao Fórum errado, acho que muitos  
2374 dos pleitos que a Sociedade Civil queria colocar na Resolução, eles são  
2375 extremamente pertinentes numa Lei Federal, que daí ela vai dar comandos para  
2376 as diversas áreas do Governo e os diversos níveis de Governo e não  
2377 simplesmente ao CONAMA. Então, eu acho que por isso que eu digo que há uma  
2378 baixa compreensão do que é a legislação ambiental e dos limites que nós temos  
2379 para colocar numa Resolução do CONAMA. E um segundo limite que seria o limite  
2380 da revisão da 03, que é o nosso mandato de votação no momento e não de outras  
2381 normas de licenciamento, ou da 05. Então, talvez isso, nunca é demais falar, mas  
2382 talvez isso talvez não tenha sido plenamente compreendido pela representante da  
2383 Apromac durante os debates. Então, eu gostaria de colocar em votação a matéria  
2384 do parágrafo proposto pela SESBRA, nós ainda temos que passar os olhos sobre  
2385 os considerandos, sobre o art. 1º e art. 2º, temos duas propostas de texto para o  
2386 art. 1º e ainda fazer a revisão da ementa. Então assim, eu acho que a matéria já  
2387 está madura para ser votada.

2388

2389

2390 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Só uma questão,  
2391 acatando a proposta de...

2392

2393

2394 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É  
2395 uma questão de ordem, porque tenho outras pessoas inscritas.

2396

2397

2398 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Apenas para que a  
2399 gente não continue discutindo um texto que vai ser alterado. Acatando o que foi  
2400 proposto pelo Ministério da Saúde, nós adotariamos a frase padrões  
2401 recomendados pela Organização Mundial da Saúde. No lugar do final, para não  
2402 causar nenhum tipo de...

2403

2404

2405 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,  
2406 não vai resolver o problema. Não vai resolver o problema.

2407

2408

2409 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Agora, doutora, eu  
2410 queria só, por favor, só uma pequena justificativa, desde o início da discussão em  
2411 2014, nós dizíamos se nós adotássemos padrões intermediários com nome de  
2412 padrão intermediário, e o Olímpio falou diversas vezes isso, nós íamos chegar a  
2413 um ponto em que a gente ia confundir as coisas. Então, esse comando que é de  
2414 proteção à saúde, do padrão final, padrão OMS ele tem que estar claro para nós  
2415 conceitualmente, não é? Então, talvez seja melhor adotá-lo agora.

2416

2417

2418 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois  
2419 é Dr. Bocuhy, mas eu acho que se substituir padrões de qualidade do ar final  
2420 pelos padrões OMS vai continuar causando, há uma proposta de redação feita  
2421 pelo Ministério do Meio Ambiente na reunião passada, incluindo no artigo, ao final  
2422 do art. 1º para que seja atingido os valores guia da OMS ainda em 2030. Há essa  
2423 proposta, se eu coloco, eu pedir o silêncio da sala, nós estamos todos cansados,  
2424 está próximo da hora do almoço e as conversas colaterais atrapalham a  
2425 coordenação. Tá bom? Então, eu pediria que se colocarmos, e aí eu explico  
2426 novamente aquilo que eu falei desde que o senhor colocou a proposta, se  
2427 colocarmos algum comando aqui de alerta à população em cima do padrão final,  
2428 ou do padrão OMS, eu vou causar uma confusão sobre aquilo que está  
2429 efetivamente em vigor. Então assim, vai causar uma confusão, a meu ver vai  
2430 causar uma confusão no comando, eu vou dizer o que está em vigor é o padrão  
2431 OMS ou é o intermediário? Então, eu acho que isso não está correto. Por isso que  
2432 eu gostaria de colocar em votação e gostaria de ver se a gente consegue vencer  
2433 essa matéria.

2434

2435

2436 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Qual seria a proposta  
2437 da senhora, então?

2438

2439

2440 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tirar  
2441 o final e não recomendados pelo OMS.

2442

2443

2444 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Qual é o  
2445 entendimento, o conceito de padrão?

2446

2447

2448 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E  
2449 isso ao retirar a palavra final isso para mim já está no art. 9º. Então, eu não vejo  
2450 objetivo formal dessa proposta. Por isso que eu acho que a gente... Eu já vi, eu  
2451 estou acabando de falar, a senhora aguarda a sua vez, tem outras pessoas  
2452 inscritas na sua frente, eu pensei que o Conselheiro Bocuhy fizesse alguma  
2453 proposta que pudesse ser acatada nesse sentido, eu tenho a CNI inscrita, você  
2454 também tinha pedido a inscrição, CNI e depois a Dra. Fátima e a Dra. Evangelina.  
2455 CNI, por gentileza.

2456

2457

2458 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Eu acho  
2459 importante deixar registrado, porque como as reuniões são gravadas a questão de  
2460 paridade, eu queria só lembrar que somos 10 ao todo, 2 representantes dos  
2461 Municípios, 2 representantes dos Estados, 2 representantes do Governo Federal,  
2462 2 representantes do Setor Produtivo e 2 da ONG. Então, não há disparidade, o



2463 que há falta de paridade é no plenário que somos 108 e o setor empresarial tem  
2464 só 7 votos, isso que é falta de paridade. Aqui graças a um bom Regimento a gente  
2465 conseguiu paridade, não é disparidade votar contra a proposta, isso não se traduz  
2466 em disparidade, disparidade é traduzida pela representação e na representação  
2467 se houve coincidências, convergências entre segmentos divergentes isso não quer  
2468 dizer que a Câmara não é paritária. A Câmara é paritária, houve convergências e  
2469 divergências entre segmentos diferentes e isso não quer dizer falta de paridade.  
2470 Esse é um ponto. Outro ponto, eu volto a falar, a gente entende a questão de  
2471 ansiedade do processo, mas nós estamos, essa Resolução trata de padrões e aí  
2472 ela houve sim, Evangelina, um grande avanço, um avanço considerável que a  
2473 gente não pode descartar, já disse isso na reunião passada e vou repetir aqui, é  
2474 os próprios Estados trazerem compromissos para eles mesmos de maneira unida,  
2475 isso é um grande avanço, porque geralmente é a gente, o Bocuhy tem experiência  
2476 disso, é o CONAMA dando comandos para o Estado que às vezes nem cumpre,  
2477 porque não há o compromisso do Estado de fazer e a Resolução 418 que trata de  
2478 PCPV, por exemplo, é um grande exemplo disso, de que quando não há o  
2479 compromisso não adianta estar na Resolução e aqui houve um compromisso.  
2480 Então, eu tenho certeza absoluta que o que essa Resolução vai contribuir para  
2481 que a gente tenha eficácia na Resolução nº 05, no sentido de ter dados, de ter  
2482 compromisso dos Estado para fazer é muito grande. E aí até aproveitaria para  
2483 poder recomendar um artigo que saiu na Revista Exame sobre o sufoco, dizendo  
2484 quão o Brasil está bem, em destaque positivo nessa batalha contra a questão da  
2485 qualidade do ar. É um artigo na revista. O Lances também tem, mostrando a  
2486 comparação com base em fatos e dados, não é quem escreveu não, não é uma  
2487 interpretação, fatos e dados postos comparativamente que a gente tem aqui e que  
2488 foi tirado do Brulancer. Bom, então, acho que a gente avançou sim, eu acho que a  
2489 gente precisa de trabalhar de maneira mais positiva em relação ao que a gente  
2490 conseguiu. E em relação a essa questão da comunicação, Bocuhy, o que as  
2491 pessoas estão querendo alertar é que a gente não pode colocar toda vez a  
2492 qualidade final na medida em que ela ainda não foi alcançada, sob pena de passar  
2493 uma falsa interpretação e desacreditar quando for uma informação correta. E do  
2494 jeito que está posto, tirando padrões de qualidade e a recomendação OMS já está  
2495 lá no art. 9, foi acatado sim, nós estamos aqui sair uma Resolução e que tentou  
2496 trazer essa preocupação suas e está lá no art. 9, se quiser ainda melhorar aquele  
2497 artigo, tudo bem, mas que está lá está.

2498

2499

2500 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Temos inscrito  
2501 Evangelina e Dra. Fátima. É isso: na ordem? Na frente estava o Bocuhy? Por  
2502 favor.

2503

2504

2505 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Eu não posso colocar  
2506 deixar uma colocação dessa da Dra. Zuleika, com todo respeito, no ar.

2507

2508 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Eu não  
2509 sou Zuleika não.

2510

2511

2512 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SEBRA)** – Dra. Patrícia.  
2513 Desculpe.

2514

2515

2516 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Mas, é um  
2517 elogio.

2518

2519

2520 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SEBRA)** – É um elogio. Bom,  
2521 vamos lá. Com relação aos entes federados, a gestão participativa, a Lei  
2522 Complementar 140, ela vai trazer essa consequência de empoderamento tanto  
2523 para os Estados e para os Municípios, como está acontecendo agora, o que a  
2524 gente está vendo aqui é uma coalizão da Abema em função da própria alteração  
2525 normativa que dá esse empoderamento para os Estados, as Abemas ganham um  
2526 espaço próprio e tendem a crescer mais. Nós compreendemos isso. Agora do  
2527 ponto de vista aqui da nossa composição se a gente entender como entes  
2528 federados que são os agentes públicos e os Governos, nós temos aqui quantos  
2529 representantes de Governo Estadual, Federal e Municipal?

2530

2531

2532 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.  
2533 Bocuhy, eu peço à sua compreensão e dos demais para a gente se debruçar  
2534 sobre o assunto em pauta.

2535

2536

2537 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SEBRA)** – A senhora não  
2538 estava aqui, eu tenho que responder, é uma questão de..., isso é uma questão de  
2539 conceito, nós temos aqui seis Conselheiros de Governo.

2540

2541

2542 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
2543 sei, mas eu pedi que nós voltássemos à matéria, mas eu fui democrática para dar  
2544 a palavra, eu acho que todos queremos concluir o trabalho em pauta. Estamos  
2545 próximos disso.

2546

2547

2548 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SEBRA)** – Mas, eu não posso  
2549 deixar que essa compreensão de equilíbrio e de forças, ela não seja  
2550 compreendida, nós temos aqui dos entes federados 6 assentos, mas 2 do setor  
2551 econômico, que normalmente se associam a esses setores. Então, a Sociedade

2552 Civil fica numa minoria absoluta, se a gente contar a votação nós temos o  
2553 levantamento disso, é isso que acontece...

2554

2555

2556 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nós  
2557 perdemos também, Dr. Bocuhy, a nossa proposta também não foi vencedora, a  
2558 nossa proposta também não foi vencedora.

2559

2560

2561 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Agora, Dra. Zilda  
2562 voltando ao nosso processo aqui eu gostaria de incluir então, não posso tirar o  
2563 final, porque se eu tirar o final vai cair no padrão intermediário, é uma meta, então  
2564 aí para mim não vai resolver. Então, eu pergunto ao representante do Ministério  
2565 da Saúde se nós podemos incluir da Organização Mundial da Saúde nesse  
2566 processo.

2567

2568

2569 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2570 Daniel.

2571

2572

2573 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Você mantém a  
2574 proposta?

2575

2576

2577 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** *Para mim não tem*  
2578 *problema.*

2579

2580

2581 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Ok. Então, nós  
2582 vamos substituir padrões finais por valores indicadores da Organização Mundial  
2583 da Saúde.

2584

2585

2586 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2587 Poderíamos encaminhar a votação, por gentileza?

2588

2589

2590 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) –** Antes de votar,  
2591 colocar no texto, por favor.

2592

2593

2594 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Já  
2595 está no texto. Recomendações pela OMS, é isso? Recomendados pela OMS, é  
2596 isso? São valores guia, isso já está no art. 1º, na proposta que o Ministério fez

2597 para incluir no art. 1º desta Resolução. Ao invés de padrões, substitui padrões,  
2598 valores guia, só padrões, valores guia de qualidade do ar, dessa forma que se  
2599 fala, valores guia, de qualidade do ar. É dessa forma que se fala, valores guia. De  
2600 qualidade do ar. Perfeito. É isso? Podemos colocar em votação? Podemos?  
2601 Então, vou encaminhar a votação. Eu peço, pedimos voto nominal? Dr. Bocuhy,  
2602 inicie pelo senhor.

2603

2604

2605 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SEBRA)** – Bom, eu sou a favor  
2606 da proposta, porque ela dá segurança com relação à comunicação, como  
2607 recomendação e informação do risco a que as comunidades são submetidas em  
2608 episódios críticos de poluição.

2609

2610

2611 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2612 **Apromac.**

2613

2614

2615 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**  
2616 **(Apromac)** – Apromac, eu voto pela aprovação da proposta.

2617

2618

2619 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2620 **CNM.**

2621

2622

2623 **A SRª PRISCILA BERNARDES (CNM)** – CNM vota contra a aprovação da  
2624 proposta

2625

2626

2627 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2628 **Anamma.**

2629

2630

2631 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma/SE) –**  
2632 **Anamma também vota contra.**

2633

2634

2635 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2636 **Ministério da Saúde.**

2637

2638

2639 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Ministério da Saúde,**  
2640 **favorável.**

2641

2642 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2643 **Ministério do Meio Ambiente é contrário. Rio de Janeiro.**

2644

2645

2646 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, Abema,**  
2647 **contrário.**

2648

2649

2650 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) – Renato**  
2651 **Brandão, Minas Gerais, sou contrário por achar que ela traz uma divergência com**  
2652 **o restante do texto aprovado.**

2653

2654

2655 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – CNI.**

2656

2657

2658 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Contrário a**  
2659 **aprovação da proposta.**

2660

2661

2662 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – CNC.**

2663

2664

2665 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) – Contrário à aprovação da**  
2666 **proposta. Eu acho que a questão não cabe nessa Resolução, além disso,**  
2667 **comunicação de risco ela deve ser melhor trabalhada.**

2668

2669

2670 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2671 **Então, foram 7 votos pelo não e 3 votos pelo sim, está rejeitada a proposta. Aí nós**  
2672 **estamos, são 10 para 1, ou a gente para por pelo menos 40 minutos para almoçar,**  
2673 **retorna às 14:00. E nós temos que passar ainda pelos considerandos, art. 1º tem**  
2674 **duas propostas de texto, art. 2º e corrigir a ementa, e eu sugeriria que**  
2675 **passássemos os olhos sobre o texto para ver se não tem nada ainda. Então, eu**  
2676 **estou vendo o assentimento de parte dos senhores, em que pese não a gente não**  
2677 **ter conseguido finalizar agora de manhã, eu proponho uma pausa e a gente**  
2678 **almoça por aqui mesmo e retorna às 2 horas. Pode ser?**

2679

2680

2681 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Zilda, concordando, nós**  
2682 **iríamos exatamente propor que ao final a gente tivesse a oportunidade de ver o**  
2683 **texto limpo em conjunto, mas aí teria que ser um tempo que o DConama**  
2684 **conseguisse providenciar isso.**

2685

2686

2687 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,  
2688 eu acho melhor a gente fazer o seguinte, para não deixar essa tarefa com o  
2689 DConama, eu sugiro que a após passarmos pelo art. 1º, o 2º e a ementa, a gente  
2690 fosse limpando numa versão à parte, entendeu? Salva uma versão suja e tenta  
2691 limpar numa versão, tenta gerar uma versão limpa a partir dos cortes aqui com um  
2692 nome de arquivo diferente. Depois a gente faz uma checagem. Nós já tivemos  
2693 problemas em relação à redação final.

2694

2695

2696 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Concordando Zilda, a  
2697 minha sugestão é só que a gente consiga ver a versão final num todo, para que se  
2698 tiver alguma divergência ou conflito aproveitar que todos os membros estão aí  
2699 para a gente poder corrigir.

2700

2701

2702 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – 2  
2703 horas. Tu vai limpar já o que tiver? Aí tu faz uma versão em separado para a gente  
2704 poder checar na suja. Perfeito. Pode ser. 2h15. 2h15 nós retornamos para o  
2705 trabalho, então. Obrigado.

2706

2707

2708 *(Intervalo para almoço).*

2709

2710

2711 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Boa  
2712 tarde, então vamos começar, vamos começar que eu estou cheia de coisas para  
2713 despachar lá na 505, vamos lá. Vamos dar uma olhada nos conceitos. Poluente  
2714 atmosférico? A gente fala poluente atmosférico ou fala só poluente no texto?  
2715 Falamos? Então tá. Isso ai já tinha sido sinalizado consenso na reunião passada,  
2716 tá? Então vamos fazer o seguinte, vamos passar os olhos nesses conceitos e  
2717 depois a gente vota. Já tem quórum. Eu estava esperando vocês chegaram 3 só  
2718 tinha 4, temos 7 para votar. Então, é... “Poluente atmosférico qualquer forma de  
2719 matéria em quantidade, concentração, tempo ou características que tornem ou  
2720 possam tornar o ar: impróprio ou nocivo à saúde; inconveniente ao bem-estar  
2721 público, danoso aos materiais, à fauna e flora ou prejudicial à segurança, uso e  
2722 gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade”. Tá? Padrão de  
2723 qualidade ar. Eu colocaria João, só a qualidade e ar em letra minúscula para  
2724 seguir a chamada do formal, isso... “um dos instrumentos de gestão da qualidade  
2725 do ar determinado como valor de um poluente específico na atmosfera associado  
2726 a um intervalo de tempo e disposição para que o meio ambiente e a saúde de  
2727 população sejam preservados em relação aos riscos e danos causados pela  
2728 poluição atmosférica”. Correto? Já havia um consenso e não há sugestões para o  
2729 texto. “3. Padrões de qualidade do ar intermediários...” é do mesmo jeito que o  
2730 outro, “padrões estabelecidos como valores temporários a serem cumpridos em  
2731 etapas” e aí... “a serem cumpridos em etapas”, alguma sugestão? Eu acho que é

2732 isso mesmo. “4. Padrão de qualidade do ar final, valores guias definidos pela  
2733 Organização Mundial de Saúde, OMS, de 2015” certo? 5. Foi uma proposta de  
2734 São Paulo na reunião do 4º GT. “Episódio crítico de poluição do ar, definido pela  
2735 presença de altas concentrações de poluentes na atmosfera em curto período de  
2736 tempo, resultante da ocorrência de condições meteorológicas desfavoráveis à sua  
2737 dispersão”. Inciso está vinculado à sugestão de retirada do texto do art. 9º. Então  
2738 eu acho que esse aí pode... Espera um pouquinho, João faz uma gentileza para  
2739 nós, faz um comando de busca no texto e ver onde está citado isso. Não...  
2740 Comunicação... Eu acho que ele não está... Está lá no plano de episódios críticos  
2741 da poluição do ar, mas não o episódio crítico propriamente dito.

2742

2743

2744 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Eu acho que deve  
2745 deixar.

2746

2747

2748 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
2749 Então, pode deixar. Como é que é? Alguém falou alguma coisa aí? Bom, colegas,  
2750 podemos votar o art. 2º? Podemos? Só põe um ponto final e retira ali “inciso  
2751 vinculado a retirada de sugestão” tá? Então aqui, por gentileza, aqueles que forem  
2752 favoráveis à aprovação do art. 2º, da minuta de Resolução, por gentileza, que se  
2753 manifestem. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7. 7 votos favoráveis. Aprovado por consenso, com o  
2754 quórum da reunião. Sim, consenso com quem está aqui, né? Vamos lá. Tem um  
2755 outro aspecto que a gente colocou que a gente viu, tem o art. 4º, só compartilhar  
2756 com vocês, tem o art. 4º aqui ó, que tinha sido proposto pelo Ministério que não  
2757 houve deliberação sobre ele, ele estava vinculado ao novo Anexo II, que é o que  
2758 traz os padrões de qualidade do ar propriamente dito, correto? Eu acho que como  
2759 o Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Ministério da Saúde, não tiveram a sua  
2760 proposta aprovada ontem, automaticamente esse artigo ele não é aprovado,  
2761 correto? É essa a compreensão? Então, podemos deletar? Só me suscita uma  
2762 coisa isso André, a proposta da Abema, municípios, CNC e CNI que foi aprovada  
2763 ontem, ela não faz menção ao seu texto no Anexo II, eu acho que a gente vai ter  
2764 que inserir no corpo do texto... Faz? Vamos olhar lá direitinho, então vamos ver  
2765 direitinho o art. 3º se consta, antes da gente passar o processo do art. 1º e  
2766 revisão. Sequencialmente em cada etapa... está no 4? Aonde? Não está. Também  
2767 não está. Não tem menção ao anexo que tem os padrões. Então vamos ver em  
2768 qual que nós vamos colocar. Eu colocaria no terceiro. Não, mas não tem. Coloca  
2769 lá no terceiro de novo João, por gentileza.

2770

2771

2772 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2773

2774

2775 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pois  
2776 é, não, eu acho que não.

2777

2778 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – *(Inaudível)*... Conforme  
2779 Anexo I.

2780

2781

2782 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2783 Então, tá estranho, que eu acho que ele tem que estar mais na frente, porque eu  
2784 estou falando nos padrões no art. 3º como é que eu cito a tabela só lá no final?

2785

2786

2787 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Quer que faça uma  
2788 busca?

2789

2790

2791 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Faz.

2792

2793

2794 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Vai descendo no texto  
2795 que vai aparecer, mais para baixo, conforme Anexo I.

2796

2797

2798 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2799

2800

2801 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
2802 Isso aí eu vou corrigir. Pois é, então há uma questão de ordem, ele tem que ser  
2803 para o terceiro, segundo são conceitos. Então, ele passa a ser o terceiro.

2804

2805

2806 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2807

2808

2809 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
2810 acho, o meu entendimento, queria falar com os membros dessa Câmara Técnica,  
2811 o meu entendimento é que ao citar os padrões de qualidade do ar que é o objeto  
2812 principal dessa Resolução, ele teria que vir antes de qualquer coisa, e não no art.  
2813 7º. Então, eu sugiro que ele seja reposicionado no art. 3º, o primeiro é o objeto da  
2814 Resolução, o segundo são as definições e o terceiro os padrões, todos concordam  
2815 com esse comando? Não é propriamente uma aprovação, todos concordam, ou  
2816 alguém discorda desse comando? De colocar os padrões de qualidade do ar como  
2817 art. 3º, a gente reposiciona o art. 7º como art. 3º, podemos fazer isso? Então, por  
2818 favor, João.

2819

2820

2821 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*



2822

2823 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É,  
2824 depois vai ter que renumerar a sequência todinha né? O que fica certo aí é o  
2825 anexo, e aí ficaria o antigo 3º fica como 4º, e depois tem que reposicionar os  
2826 anexos, né João? Isso. Fica mais lógico né? “Os padrões de qualidade do ar”,  
2827 então esse fica como 4º, o 5º fica “os órgãos de...” aí vamos corrigir aí “os órgãos  
2828 ambientais, estaduais e distrital” ambientais, não? Não é assim que a gente está  
2829 usando no resto do texto? “Os órgãos ambientais, estaduais e distrital” aí vem o  
2830 art. 5º que agora passa a ser 6º, “o relatório de avaliação da qualidade do ar deve  
2831 conter os dados de monitoramento da evolução da qualidade do ar”, aí vem o que  
2832 nós discutimos hoje pela manhã, há um novo art. 7º “a partir do primeiro relatório  
2833 encaminhado ao CONAMA, os órgãos ambientais, estaduais e distrital elaborarão  
2834 um relatório da qualidade do ar”, aí vem esse texto que cai agora, porque fazia  
2835 parte da proposta do Ministério do Meio Ambiente, Ibama e Ministério da Saúde.  
2836 Sim, mas aí vai para o final. Esse vai para o final. Não, não, João, você já quer  
2837 corrigir agora a numeração dos anexos ou não? Vamos? Então, o padrão  
2838 propriamente dito passa a ser o Anexo I, volta lá João, “o conteúdo mínimo...”  
2839 volto lá no... onde é que tem anexo de novo? É no 6º, aí, não? 7º. Ah tem que  
2840 colocar aí nesse 7º antigo relação ao Anexo II agora, então. Qual de cima? O  
2841 relatório.

2842

2843

2844 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** O 6º agora, relatório  
2845 deve conter os dados de monitoramento de qualidade do ar.

2846

2847

2848 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** De  
2849 acordo. Conforme conteúdo mínimo estabelecido no Anexo II. Agora é Anexo II,  
2850 correto?

2851

2852

2853 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2854

2855

2856 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Tá. A  
2857 numeração está correta? João volta só um pouquinho. Tá. Há. Tem uma correção  
2858 aí, nós não estamos mais chamando... no parágrafo único ali que você estava  
2859 baixando, nós não estamos chamando mais de plano estadual, porque a gente  
2860 sabe que tem outros planos então... Nós não estamos chamando de plano  
2861 estadual, tem o estadual e o distrital, entendeu? O plano de controle das  
2862 emissões, nós tiramos lá, inclusive do título do anexo e no *caput* também João, no  
2863 *caput* do art. 5º, “taxa o estadual”. Isso.

2864

2865

2866 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2867

2868 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**

2869 Vamos ver. Vamos voltar então um pouquinho, vamos lá. Terceiro... Não. Está

2870 certo, só vai devagarinho, os padrões de qualidade do ar serão adorados...

2871 Perfeito. Perfeito. Aí tira os estaduais no § 2º, quarta linha, isso, vamos fazer esse

2872 plano de controle de emissões, perfeito. Plano estadual corta. Aí o 6º “o relatório

2873 de avaliação da qualidade do ar deverá conter dados de monitoramento conforme

2874 conteúdo mínimo estabelecido no anexo II, o relatório deverá ser apresentado aos

2875 órgãos estaduais...” tá, perfeito. O 7º “a partir do primeiro relatório encaminhado

2876 ao CONAMA os órgãos ambientais, estaduais, e distrital, elaborarão relatório de

2877 avaliação anualmente garantindo sua publicidade” perfeito, isso nós discutimos

2878 hoje de manhã, sobe. Isso é suprimido, suprimido também, art. 8º, está certa a

2879 numeração aí João? Confere. 7º, 8º. Há, é aquela questão do Ministério do Meio

2880 Ambiente, vai elaborar um guia técnico que “os órgãos ambientais definirão os

2881 métodos de medição”. Bocuhy a gente não tinha sugerido aqui alguma coisa de

2882 encaminhar à Câmara Técnica? Nós não chegamos a finalizar um texto.

2883

2884

2885 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Não Zilda. Ficou

2886 acordado que seria referido em ata e não constar aqui no texto.

2887

2888

2889 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Está

2890 certo. Ficou o compromisso em ata de que a gente colocaria isso na Câmara

2891 Técnica. Perfeito.

2892

2893

2894 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Zilda só uma pequena

2895 correção, ali tem que ser “os métodos” né? Parece que no caput fala “os métodos”

2896 no plural. Localiza ali “conteúdos contendo os métodos de referência”.

2897

2898

2899 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É os

2900 métodos ou ‘o método’?

2901

2902

2903 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Seria um para cada

2904 poluente.

2905

2906

2907 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Há,

2908 tá. Está certo. Art. 9º. “A gestão do monitoramento da qualidade do ar é atribuição

2909 dos órgãos estaduais e distrital, cabe aos órgãos ambientais e estaduais a

2910 divulgação dos resultados de qualidade do ar utilizando os meios de comunicação

2911 de massa”. Art. 10º. “Os órgãos...” anexo III, “Um plano para os episódios críticos

2912 a ser submetido a autoridade competente do Estado ou do Distrito Federal” “O  
2913 plano mencionado no caput deverá indicar os responsáveis pela declaração dos  
2914 diversos níveis, devendo essas declarações serem divulgadas”. Perfeito. 11º “Os  
2915 níveis de atenção, alerta e emergência que se referem...” é o 8º mesmo? Volta lá.  
2916 Não. No anterior. Também não. Eu acho que ficou para depois, não? Não. Ficou  
2917 para depois.

2918

2919

2920 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Então é o lá de cima.

2921

2922

2923 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não.  
2924 Volta lá nele, é o 10º ou o 9º, aí o, episódios críticos, não?

2925

2926

2927 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Agora é 10. Não é isso?

2928

2929

2930 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
2931 Agora é 10, vamos corrigir isso que já fica todo mundo... tá bom, é o anexo 3º.  
2932 “Ministério do Meio Ambiente vai divulgar na página” “Ministério do Meio Ambiente  
2933 deverá...” perfeito, é agora o título do anexo, esse primeiro são padrões de  
2934 qualidade do ar, “padrões de qualidade do ar” o título. O título é padrões de  
2935 qualidade do ar João. Próximo. Desculpe não peguei, vocês estão falando fora do  
2936 microfone.

2937

2938

2939 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França. Não, é  
2940 porque tinha um tracinho ali em algumas células, e a gente está pedindo só para  
2941 manter em todas que não tem o valor.

2942

2943

2944 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ah  
2945 tá. Para preencher, não esquecendo que tem que inserir o símbolo lá no texto  
2946 quando a gente fala... Lembra? Já? Então tá.

2947

2948

2949 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.  
2950 Eu acho que há um erro para essa dois, está faltando o padrão final, anual não  
2951 tem? É verdade, anual não tem.

2952

2953

2954 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não tem?

2955

2956

2957 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não.**  
2958 Está aí. É essa que é a tabela certa, não é? Aí tem que tirar o CNI depois tá?  
2959 Beleza, foi só para checar, está ótimo. Então esse é o anexo II. É o I, perdão. O II  
2960 é o conteúdo mínimo com o resumo executivo, o III são os níveis de atenção,  
2961 alerta e emergência, tira aí art. 9º, deu? E agora a gente volta para o art. 1º, tem  
2962 que deliberar sobre o art. 1º, depois a gente delibera sobre a ementa. Então nós  
2963 temos duas propostas de art. 1º, a proposta que veio da 27ª Reunião da Câmara  
2964 Técnica que é estabelecer os padrões de qualidade do ar para todo o País em  
2965 linhas com os princípios do desenvolvimento sustentável, e a proposta feita pelo  
2966 MMA na reunião passada também, de estabelecer padrões de qualidade do ar  
2967 para todo País em linha com os princípios de desenvolvimento sustentável,  
2968 criando-se condições para que sejam atingidos os valores guia da OMS ainda em  
2969 2030. Vamos colocar em votação, vamos? Vamos colocar em votação? Vamos  
2970 fazer uma votação nominal que daí fica mais fácil da gente computar. Bocuhy  
2971 começa por você, por gentileza.

2972

2973

2974 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) – Quando a gente trata**  
2975 **da...**

2976

2977

2978 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Só**  
2979 **um minutinho Bocuhy, uma questão de ordem aqui...**

2980

2981

2982 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Só uma questão de**  
2983 **fazer uma correção no texto ali que está OMS 2005.**

2984

2985

2986 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá.**  
2987 **Perfeito. Tem que ter um tracinho, não? Um tracinho, um hífen. Coloco aí, isso,**  
2988 **pronto. Deu Bocuhy, desculpa, eu te retorno a palavra.**

2989

2990

2991 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA) – Com relação aos**  
2992 **valores guia a gente concorda, eu só queria justificar que a proposta do MMA ela é**  
2993 **bem mais interessante na medida em que você dá um referencial para o**  
2994 **desenvolvimento sustentável vinculando aos valores guias da OMS, só**  
2995 **desenvolvimento sustentável fica realmente muito subjetivo. Então eu voto na**  
2996 **proposta do MMA.**

2997

2998

2999 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**  
3000 **segunda então, do MMA. Vitor.**

3001

3002 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma/SE)** – Vitor,  
3003 Anamma. Eu vou votar na primeira opção porque a gente... devido ter as escalas  
3004 não tem essa... a gente vai ter que ter a aprovação ainda, né?

3005

3006

3007 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Daniel, Ministério da  
3008 Saúde. Eu sou favorável à segunda proposta que cita o guia OMS em 2030.

3009

3010

3011 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Zilda  
3012 Veloso, Ministério do Meio Ambiente. Nosso voto, do ministério, é pela segunda  
3013 proposta por entender que ela sinaliza um planejamento e um horizonte para ser  
3014 tratado pelo Governo Federal.

3015

3016

3017 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.  
3018 Eu voto na primeira proposta.

3019

3020

3021 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato  
3022 Brandão, Minas Gerais. Primeira proposta.

3023

3024

3025 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – CNI. Primeira  
3026 proposta.

3027

3028

3029 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – CNC. Primeira proposta.

3030

3031

3032 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Bom,  
3033 então a primeira proposta recebeu 5 votos e a segunda 2. Então fica aprovada a  
3034 primeira. Desculpa. 3 votos. Bocuhy e saúde, e eu não computei o meu voto. É, 3  
3035 votos. Votamos no mesmo artigo. Com isso nós temos que mudar agora a ementa  
3036 e ver como ela fica, então ficaria “dispõe-se sobre os padrões de qualidade do ar  
3037 para todo o País...” aí a gente coloca normalmente revogando a resolução, coloca  
3038 isso já no caput?

3039

3040

3041 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)**– Nos últimos  
3042 colocaram, mas não é de praxe não.

3043

3044

3045 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –  
3046 Então põe sustentável e ponto, se for o caso depois eles colocam na Câmara

3047 Técnica de Assuntos Jurídicos. Eu tinha mais uma colocação, já que nós... nós  
3048 vamos ter um problema para finalizar o texto, nós vamos ter um problema na  
3049 Câmara de Assuntos Jurídicos, foi aprovado a ementa? A ementa, na realidade, é  
3050 a transposição do art. 1º, então é a aprovada. Gente eu vou ter uma na Câmara  
3051 de Assuntos Jurídicos de fazer passar esses dois considerando-se. Tem sido  
3052 sistematicamente, aí não sei, assim, coloco aos senhores membros dessa Câmara  
3053 Técnica, mantemos os dois considerando-se estando sujeito a retirada na Câmara  
3054 Técnica ou cortamos eles aqui agora e mandamos o texto limpo para a Câmara  
3055 Técnica e eu queria ouvir a opinião dos senhores, é o último ponto de deliberação  
3056 pra gente poder encaminhar o assunto.

3057  
3058

3059 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Doutora Zilda,  
3060 Wanderley, CNI. Nós tínhamos discutido na nossa última reunião de que no caso  
3061 específico dessa Resolução, os considerando-se eles não trazem nenhum  
3062 normativo novo que possa dar um filtro de interpretação, que a gente poderia  
3063 mantê-los, embora eu sei que a minha área jurídica é favorável à retirada de  
3064 considerando-se, mas eu vou ponderar isso com eles tão logo seja aprovado,  
3065 agora, claro que a Câmara Jurídica é soberana sob esse aspecto, eu manteria, até  
3066 porque a gente acordou isso na reunião passada.

3067  
3068

3069 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu  
3070 quero levar esse posicionamento nosso à reunião da Câmara Técnica de  
3071 Assuntos Jurídicos, mantemos então os dois considerando-se? Conforme a gente  
3072 já tinha conversado sobre isso? E ponderamos. Eu acho interessante que tem  
3073 membros da Sociedade Civil na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, quem  
3074 preside é o consultor jurídico do Ministério do Meio Ambiente da CNI também, eu  
3075 não me lembro mais de qual é o outro Ministério, mas eu acho assim, nós que  
3076 temos parceiros identificados dentro ponderar que nós não estamos colocando  
3077 nenhuma citação legal ou repentino, mas simplesmente dizendo qual é a nossa  
3078 base dessa nossa norma, se fosse possível, nós gostaríamos que permaneço no  
3079 corpo do texto da resolução esses dois considerando-se, trata-se de uma  
3080 resolução antiga, é um dos pilares da qualidades ambiental. Senhores, nesses  
3081 meus quase 31 anos de CONAMA, eu entendo que nós temos sempre grandes  
3082 desafios e principalmente quando a gente se dispõe a revisar uma resolução que  
3083 trata de um tema tão caro para esse conselho, um dos três pilares da qualidade  
3084 ambiental é a qualidade do ar. Não vou aqui discorrer sobre o assunto, eu acho  
3085 que todos nós discutimos isso exaustivamente, mas esse assunto não foi um  
3086 assunto fácil e não será ainda nas próximas instâncias. Eu gostaria, em que pese  
3087 aí as críticas recebidas, eu acho que críticas são boas para serem deglutidas e  
3088 eventualmente rebatidas ou a meu ver algumas injustas e outras talvez não tanto,  
3089 mas eu gostaria de agradecer a todos pelo esforço que cada um fez em relação a  
3090 conclusão dessa tarefa. Eu diria que tem alguns assuntos tão polêmicos que  
3091 quando... eu prefiro, eu prefiro, como analista ambiental que sou, ver um texto de

3092 revisão ou um texto de uma nova proposta concluído, mesmo que não tenhamos  
3093 um consenso sobre ele do que vê-lo retirado de pauta por tempo indeterminado,  
3094 sem nenhuma deliberação final da matéria. Eu acho que todos nós aprendemos  
3095 com a implementação de normas, eu passei por isso ao longo da minha carreira  
3096 de analista ambiental, implementando normas da área de qualidade ambiental, e  
3097 esse texto é um texto proposto que ainda vai ser modificado na Câmara de  
3098 Assuntos Jurídicos, certamente na Plenária vai ser pedido vistas, vão ter  
3099 emendas, nós ainda vamos debater esse assunto ao longo do tempo, mas eu  
3100 queria agradecer o esforço de cada um para que conseguíssemos chegar a...  
3101 consenso eu acho que não é a palavra, mas que conseguíssemos chegar a  
3102 alinhamentos que levassem a um texto que possa se manter de pé, não é o  
3103 definitivo não, eu acho que o Ministério do Meio Ambiente a partir da publicação  
3104 dessa norma passa a ter um desafio e aí volta aquilo que você me perguntou,  
3105 depois eu vou conversar contigo sobre isso fora do microfone sobre o  
3106 planejamento plurianual, mas isso gera um desafio para o Ministério na construção  
3107 de uma implementação efetiva dessa resolução. Eu queria te dizer, principalmente  
3108 ao Bocuhy que foi o principal defensor dessa continuidade, da articulação, que eu  
3109 tenho uma experiência positiva a respeito desse assunto, eu coordenei, o primeiro  
3110 Grupo de Trabalho que eu coordenei no CONAMA nos últimos tempos foi a 420  
3111 de 2009. Na 420 havia um desejo de se colocar em programa de qualidade do  
3112 solo, não era possível colocar, na época eu estava recém vindo para o Ministério,  
3113 conversei com os meus superiores, nós assumimos o compromisso de fazer uma  
3114 capacitação com os Estados, demorou? Demorou, mas fizemos em 2012, tivemos  
3115 o apoio de CETESB, conseguimos contratar a USP, fizemos uma capacitação,  
3116 não dos 27 porque 2 não foram, mas 25 Estados Brasileiros estavam presentes,  
3117 fizemos uma capacitação presencial de 40 horas, uma capacitação a distância e  
3118 conseguimos pelo menos repassar, resolver o problema não resolveu totalmente,  
3119 alguns Estados até hoje têm dificuldades, mas avançou muito, então eu digo aqui  
3120 que nesse momento em que a gente aprova esse texto mínimo na Câmara  
3121 Técnica que começou com a proposta do PROAN, e depois o Ministério contribuiu  
3122 com o texto, que independentemente do texto aprovado, das divergências que  
3123 tivemos aqui, entra na programação do Ministério novamente, isso já fez parte,  
3124 novamente, uma proposta que vai ser encaminhada pelo menos enquanto eu  
3125 estiver à frente do departamento de qualidade ambiental e gestão de resíduos, e  
3126 acredito que toda a equipe da área de qualidade do ar também concorda comigo,  
3127 e nós vamos colocar um planejamento para que se tenha um efetivo  
3128 monitoramento da qualidade do ar no País, isso vai ser colocado a partir do  
3129 próximo ano aos próximos Ministros e Secretários que virem a fazer parte do  
3130 corpo do Ministério do Meio Ambiente. Então o Ministério do Meio Ambiente, eu  
3131 estou falando aqui como diretora dessa área, assume nesse momento um  
3132 compromisso de que o texto da forma como estiver o Ministério vai brigar para que  
3133 esse programa seja efetivamente, aqui eu posso chamar de programa, a  
3134 Resolução não deve, mas eu posso, ele seja efetivamente implementado. Eu vi  
3135 que o Bocuhy também quer falar, não sei se mais alguém quer dar uma palavra. O  
3136 André também. Eu passo a palavra para o Bocuhy.

3137

3138

3139

3140

3141

3142

3143

3144

3145

3146

3147

3148

3149

3150

3151

3152

3153

3154

3155

3156

3157

3158

3159

3160

3161

3162

3163

3164

3165

3166

3167

3168

3169

3170

3171

3172

3173

3174

3175

3176

3177

3178

3179

3180

3181

**O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (SESBRA)** – Bom, só me dá dois minutos, por gentileza. Eu sou componente dessa resolução e eu queria falar aqui em nome de procuradora a Doutora Fátima Borghi e da Doutora Evangelina Vormittag que é responsável pelo Instituto de Saúde e Sustentabilidade de São Paulo, nós começamos esse processo de tentar discutir a qualidade do ar no Brasil na discussão do metrópoles saudáveis, isso foi em 2004, e junto com representantes do Brasil, da Argentina e da Cidade do México nós entendemos que algumas questões eram prioritárias para a agenda ambiental do Brasil e entre essas água e solo, a questão do ar para nós era uma prerrogativa muito importante, principalmente porque o PROAN sediado em São Paulo e se dedica a promoção de ambientes saudáveis, nesse processo que se deu tanto em São Paulo como aqui em Brasília nós ficamos eu diria que apesar do grande esforço nós não conseguimos atingir os nossos objetivos, mas não porque nós não tivéssemos clareza do que nós pretendíamos, mas porque há uma resistência muito grande e eu diria injustificada por parte dos outros setores, e a questão é muito setorial no sentido de que a gente avance, e esse avanço necessário se faz hoje mais premente e eu queria dizer isso para o Renato que é de Minas, para você que é do Rio de Janeiro, André, que nós estamos no maior desafio que é do Sudeste Brasileiro com relação a esse processo do antropoceno que nós vivemos, essas regiões vão continuar crescendo, vão continuar agregando populações, nós vamos passar de metrópoles para macro metrópoles como São Paulo já é hoje com 175 municípios só uma bacia atmosférica né, a dimensão do nosso desafio para o controle da qualidade do ar, o Cláudio conhece muito bem isso em São Paulo ela é um desafio imenso, e nós temos que tomar algumas medidas a partir de agora. Doutora Zilda essa é a minha preocupação que, nós estamos vivendo um processo de avanço civilizatório que ele trata de adensar populações, atividades em pequenos espaços e no Brasil nós estamos avançando pouco na ambição de enfrentamento desses problemas. Então a minha preocupação é que a gente trabalhe com o conceito da janela para o futuro, a partir do momento em que você não tem uma iniciativa no tempo preciso, acaba por correr que o passivo legado pro futuro pode ser muito forte, não só para a sociedade, mas também da nossa capacidade econômica de corrigir o caos, à medida que você deixa de tomar uma iniciativa você vai claro, tendo um processo de cumulatividade e de também de aumento do investimento a ser pago pelo setor público, um exemplo disso nós temos hoje dois milhões de veículos no Brasil diesel necessitando de equipamentos de controle de poluição, vão continuar rodando, a partir do momento que você não troca a tecnologia você vai aumentando esse passivo e esses veículos que estão nas ruas vão continuar circulando, quanto mais entrar, mais problemas a gente vai ter. Então eu disse isso para dizer do desafio e da minha preocupação com relação à região que eu vivo. A outra questão é que essa discussão aqui no CONAMA, ela traz para nós o indicativo de que, se a gente for considerar a democracia ambiental brasileira instituída na gestão participativa, ela não consegue num processo de negociação, numa mesa, ela não consegue absorver as demandas dos direitos difusos de uma forma equivalente à dinâmica



3182 dos outros interesses envolvidos, que são legítimos, mas que existe um  
3183 desequilíbrio de forças e nesse sentido, defendendo direitos difusos como o  
3184 Ministério Público faz, como também os outros meus parceiros da Sociedade Civil  
3185 que nós nos ressentimos de que a gente possa avançar o suficiente nesse modelo  
3186 instituído hoje no CONAMA né, em que pese à sensibilidade de muito dos  
3187 senhores, mas eu percebo que existe uma... eu acredito que seja de fato uma falta  
3188 de autonomia de cada setor no sentido de que considerar as questões  
3189 fundamentais como direitos difusos e os seus compromissos com os setores que  
3190 aqui representam e que não conseguem avançar sem um acordo interno maior né,  
3191 não tem essa autonomia, eu ouvi de vários dos senhores aqui essa alegação.  
3192 Então para finalizar, o que eu queria dizer é que, nós não conseguimos avançar o  
3193 suficiente, Doutora Zilda infelizmente não conseguimos, do meu ponto de vista  
3194 essa resolução ela não tem segurança jurídica, porque o prazo principalmente  
3195 com que se relaciona o prazo excessivo a gente vai ter que demandar outros  
3196 elementos de pressão a partir da sociedade civil, para conseguir chegar a algum  
3197 efeito mais, eu diria efetivo de transformação. Então eu gostaria de deixar isso  
3198 aqui, não como uma crítica pessoal ou qualquer um dos senhores, mas por  
3199 entender que a nossa engenharia social ela tem que passar por um  
3200 aprimoramento, os conselhos têm que passar por esse aprimoramento e aqui  
3201 principalmente invocar o papel do Ministério do Meio Ambiente. Nós vamos ter que  
3202 trabalhar os outros mecanismos como PRONAR, nós vamos ter que trabalhar o  
3203 PPA, vamos ter que conversar como é que nós vamos mover esses processos  
3204 para avançar né. Então é isso, fica aqui um desabafo e não entendam como uma  
3205 coisa pessoal, mas é uma crítica institucional dura, eu estou me referindo aqui a  
3206 um estágio democrático que não contempla ainda a real gestão participativa.

3207

3208

3209 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3210 Obrigada Bocuhy. André.

3211

3212

3213 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, Abema.**  
3214 Bem, em síntese Zilda, nós concordamos com a fala que você colocou no sentido  
3215 de que, algum avanço é melhor do que nenhum avanço, e nesse sentido, a gente  
3216 agradece pela colaboração de todos, há três reuniões a gente tinha apenas  
3217 algumas ideias de alguns Estados e em três reuniões nós conseguimos construir  
3218 um consenso dentro da Abema, depois avançar no diálogo junto aos municípios  
3219 na pessoa do Vitor e mais recentemente com a participação da CNM e, é o setor  
3220 que soube ouvir e fez um esforço para convergir naquilo que era possível até o  
3221 último minuto, até ontem a gente tentava convergir aquilo que era possível e cada  
3222 setor defendendo os seus argumentos e ponto de vista, as suas visões, você falou  
3223 hoje aqui de interesses, cada um tem os seus interesses, não, cada um tem as  
3224 suas visões, né Cláudio e dentro das suas visões vem as suas defesas e as suas  
3225 fundamentações que são legítimas no processo democrático que nós vivemos  
3226 felizmente. E aí a gente então estende esse agradecimento a todos que se

3227 esforçaram para construir a proposta, tanto aqueles que estão aqui presentes  
3228 como aqueles que participaram e não tiveram a oportunidade de acompanhar até  
3229 o final, no setor público a gente tem um pouco disso a gente acaba colhendo um  
3230 pouco o que a outra gestão plantou e deixa o plantio para uma próxima dar  
3231 continuidade né, então nem sempre a gente tem a oportunidade de ver todo o  
3232 ciclo da construção de uma norma, eu só tive a oportunidade de fazer isso uma  
3233 vez que foi na resolução 436, mas isso porque tinha uma resolução 382 que foi  
3234 muito bem construída e coordenada que facilitou os trabalhos na outra Câmara  
3235 Técnica. Bem, então nós entendemos que hoje a gente tem uma resolução para  
3236 apresentar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e para o plenário do  
3237 CONAMA na sequência uma resolução plausível, uma resolução responsável  
3238 exequível que traz compromissos, a gente faz questão de reforçar esse aspecto,  
3239 traz compromissos, traz prazos e traz avanços concretos dentro daquilo que a  
3240 realidade permite e nesse cenário com grande potencial pra contribuir  
3241 efetivamente para a melhoria da qualidade ambiental, então os nossos  
3242 agradecimentos e eu gostaria de agradecer também a presidência dessa Câmara  
3243 pela condução dos trabalhos e pela conduta extremamente respeitosa com que  
3244 tratou a nosso ver a todos os membros dessa Câmara apesar dos momentos de  
3245 tensão e ânimos exaltados soube conduzir com muita calma e paciência e o mais  
3246 importante, respeitando e permitindo que todos se expressassem as suas opiniões  
3247 ainda que divergentes, e ainda em cima de matéria já superadas para garantir que  
3248 todos estivessem à oportunidade de expressar aqui as suas visões. Então eu  
3249 agradeço a todos e agradeço a presidência da Câmara, já olhando para o futuro  
3250 querendo já aqui comunicar que nós nos Estados também estamos nos  
3251 mobilizando para fazer uma apresentação de uma sugestão de assuntos de  
3252 pleitos de resoluções que são da competência dessa Câmara que entendemos  
3253 que precisam ser revistos ou novas propostas que precisam ser pensadas, e  
3254 reafirmando o compromisso da Abema de colaborar com essa Câmara Técnica  
3255 para que esse biênio seja um biênio bastante produtivo, e que a gente consiga  
3256 apesar da descontinuidade natural que possa vir por conta aí das eleições se  
3257 aproximando, mas que a gente consiga construir e trazer produtividade atendendo  
3258 aos anseios que a sociedade precisa e merece. Obrigado.

3259  
3260

3261 **A SR<sup>a</sup>. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**  
3262 Obrigada André. Gente eu queria agradecer todos, desejar um bom retorno, nós  
3263 brevemente nós veremos na revisão aí da 05 né, além das próximas instâncias  
3264 dessa resolução, nós veremos na revisão da 05 que eu acho que também vai ser  
3265 palpitante como essa né, eu acho que é esperada na sequência. Nós tínhamos  
3266 uma previsão inicial da revisão da 283, da 316 trata-se de coprocessamento em  
3267 função das mudanças de padrão da qualidade do ar, mas o comando que eu  
3268 recebi foi esse que eu tinha passado no final na reunião, como elas estão  
3269 relacionados a licenciamento ambiental, a gente teria que aguardar um pouco  
3270 mais, mas o Ministério, no que for da parte dele, vai acelerar o processo de envio,  
3271 eu tenho que enviar uma proposta de revisão da 05, uma proposta preliminar, a

3272 gente vai trabalhar nisso né Luiz, junto com a Letícia e o Diego, e vamos o quanto  
3273 antes, talvez se for antes dos seis meses melhor ainda, a gente o quanto antes  
3274 espera mandar e lógico, vai ser uma proposta para discussão, um texto para  
3275 discussão pra gente trabalhar em cima dele. Temos também aí algumas fases do  
3276 PROCONVE a serem discutidas e outros temas que são importantes para a  
3277 qualidade do ar. Eu queria dizer Bocuhy só pra finalizar que eu acho assim, não  
3278 pense que tem no Ministério um opositor em relação a esse assunto, é um  
3279 assunto complexo eu me recordo de uma fala que você fez com muita propriedade  
3280 para a Ministra Isabela numa preparatória do CONAMA a respeito da qualidade do  
3281 ar e o desejo de que a gente tivesse um programa do Governo sobre a qualidade  
3282 do ar, mas eu até hoje eu penso muito nisso, mas eu entendo que de toda... a  
3283 gente pode começar essa iniciativa, mas talvez a gente tenha que colocar isso na  
3284 plataforma de algum Presidente vindouro, é um assunto complexo, é um assunto  
3285 que em alguns aspectos traz um impacto na sociedade, nos governos municipais,  
3286 na indústria, na mudança de comportamento do cidadão brasileiro, a gente ver  
3287 episódios críticos de qualidade do ar no mundo inteiro e ver ações imediatas de  
3288 alguns Governos e a gente tem isso como o caso da saúde, não é um caso que o  
3289 Governo possa reunir a área de transporte a área da indústria, a defesa civil e  
3290 colocar na mesa esse assunto para uma decisão consciente e eu acho que o  
3291 nosso governante de uma maneira geral, de uma maneira geral, eu lido muito, eu  
3292 recebo muitos Prefeitos assim como recebo secretários de meio ambiente, vejo  
3293 ainda que ele não está acostumado a pensar a médio e longo prazo, nas gerações  
3294 futuras, é uma coisa que a gente sempre coloca isso, olha trata os resíduos ou a  
3295 qualidade ou os resíduos ou a qualidade da água como uma redução do gasto que  
3296 você vai ter futuro em saúde com vidas que vai perder ou com vidas que você vai  
3297 impactar com custo da saúde pública. O nosso governante ainda de uma maneira  
3298 geral eu estou falando, muitas vezes eu estou fulano isso em relação ao Prefeito,  
3299 ele não pensa nisso dessa forma, ele pensa no agora, no mandato dele de  
3300 resolver os problemas dele. Então cabe a nós da área ambiental com o apoio do  
3301 todos os setores, aqui nós temos representação de todos, tentar mudar essa  
3302 realidade. Eu queria mais uma vez agradecer a todos dizendo que eu espero  
3303 vocês na Câmara de Assuntos Jurídicos e na Plenária. Até logo e um bom final de  
3304 dia para todos.

3305

3306

3307 *(Palmas).*